

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Juliana Barcelos Ramos

A redemocratização abriu caminho? Presença feminina no sistema político rio-grandense e diferentes trajetórias na Câmara Municipal de Porto Alegre (1982 – 2016)

Porto Alegre
2018

Juliana Barcelos Ramos

A redemocratização abriu caminho? Presença feminina no sistema político rio-grandense e diferentes trajetórias na Câmara Municipal de Porto Alegre (1982 – 2016)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientadora: Prof. Dr. Natalia Pietra Méndez

Porto Alegre

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço às mulheres que são os meus exemplos e inspiração e com as quais minha caminhada até a conclusão deste trabalho foi inundada de trocas e aprendizagem. À minha mãe, Adriana, por tudo. Obrigada também por me ouvir, permitindo-se a troca. À minha irmã Mariana, pelo trabalho dedicado e transformador, que mostra na prática muito do que utopicamente discutimos e buscamos ao longo do curso. À Maria Adelaide (na saudade) e Iara, porque também é preciso afeto na sua forma tão pura como o de vó. O encorajamento para o pensamento crítico e as formas de me colocar no mundo eu devo a vocês.

Ao meu pai, também por tudo. Agradeço o apoio, o carinho e o incentivo permanente para seguir o que acredito. Acredita: a orientação feminista também é culpa tua. Obrigada.

O agradecimento especial é de quem ainda não sabe a imensidão que é no (meu) mundo. Os últimos dois anos foram balançados por um amor que... todo amor é construção, por isso, nada fácil. Não vem pronto, é potencial. E transformador. À Alice, pelas transformações.

Fazer a escrita de um trabalho sobre mulheres na política no contexto do segundo semestre de 2018 não foi uma tarefa fácil, para além de questões metodológicas e de pesquisa; foi preciso apoio e algumas doses de leveza para não sair (muito) dos trilhos. Agradeço às minhas amigas, às minhas companheiras de morada, Bruna e Gabi, agradeço o compartilhar, o crescimento proporcionado e a paciência no período final. À Mary, por ser refúgio em muitos momentos no último ano, obrigada pelo riso fácil. A quem é um pedaço enorme de mim e que ao longo desses anos estendidos de graduação esteve mostrando que é preciso muito mais que a distância para significar ausência: Bea, obrigada por ser presença junto de saudade.

Ao Lucas, pelos anos (e tudo o que cabe neles). Obrigada.

Por fim, à Natalia, que me proporcionou encontrar o que eu procurava e o que me faz sentido na história; o prolongamento do tempo nesse processo fez todo sentido. Obrigada por me orientar e principalmente por tanto instigar. Concluo o meu tempo com a certeza de que o curso de história é outro, e melhor, com a colaboração do teu trabalho.

Gracias, gracias, gracias.

RESUMO

Este trabalho busca problematizar as ideias de *atraso* e de *progresso linear* no que diz respeito à participação feminina na esfera política. Identificando e discutindo conceitos relacionados a gênero e política, busca-se investigar aspectos estruturais da história da exclusão política das mulheres, hoje reflexo na baixa participação em cargos eletivos. Tomando o período de reformulação sócio-política como marco em termos de inserção política de grupos minoritários, buscamos identificar se há mudanças relacionadas à eleição de mulheres a partir da nova República, por meio de análise quantitativa dos dados referentes às eleições municipais no Rio Grande do Sul (1988 - 1996), além de contemplar aspectos relacionados às especificidades da esfera do poder local. O estudo de caráter exploratório sobre as trajetórias de quatro vereadoras eleitas em Porto Alegre (1982 - 2016) contribui no sentido de investigar aspectos relativos à inserção política das mulheres, não contemplados nas estatísticas, identificando mudanças e permanências no tema da participação política das mulheres. Buscamos observar como o gênero incide nas formas de inserção e atuação política dessas vereadoras.

Palavras-chave: História das Mulheres; Gênero e política; nova República (1985 - 2016); Rio Grande do Sul

ABSTRACT

This paper aims to problematize the ideas of belatedness and linear progress regarding female participation in the political sphere. By identifying and discussing concepts related to gender and politics, we seek to investigate structural aspects of the history of women's political exclusion, today a reflection on the low participation in elective positions. After choosing the period of socio-political reform for being a milestone in terms of political insertion of minority groups, we sought to identify if there have been changes related to the election of women from the new Republic, through a quantitative analysis of data referring to the municipal elections in Rio Grande do Sul State (1988 - 1996), besides tackling aspects related to the specificities of the sphere of local power. The exploratory study on the histories of four female city councilors elected in Porto Alegre (1982 - 2016) contributes to investigate aspects related to the political insertion of women, not included in the statistics, identifying changes and lack of changes related to women's political participation. We seek to assess how gender affects the forms of insertion and political action of these councilors.

Keywords: History of Women; Gender and politics; new Republic (1985 - 2016); Rio Grande do Sul State

SUMÁRIO

Introdução	6
 Capítulo 1 – História política, gênero e participação	
1.1 História das mulheres	11
1.2 Relações entre gênero e uma nova história política	13
1.3 Redemocratização, fronteiras público/privado e a reivindicação de direitos em momentos de abertura política.....	18
1.4 As mulheres em cargos do poder municipal: o caso do Rio Grande do Sul.....	22
1.4.1 O acervo de dados	22
1.4.2 História quantitativa: por quê?	24
1.4.3 Análise dos dados	25
 Capítulo 2 – Trajetórias na Câmara Municipal de Porto Alegre	
2.1. Gênero e trajetória política	33
2.2 Terezinha Gisela Irigaray	39
2.3 Helena Bonumá	43
2.4 Teresa Franco	47
2.4 Mônica Leal	51
 Considerações Finais	54
 Referências Bibliográficas	58

INTRODUÇÃO

A narrativa da história das mulheres é sempre uma narrativa política. Não é uma narrativa fácil ou simples; tampouco está relacionada a uma *suplementação* histórica. A complexidade de produzir uma história das mulheres versa sobre a necessidade de redefinições – na história e seus agentes, na perspectiva sobre a qual tratamos o passado e nas estruturas sociais. Compreender que aquilo que foi produzido como *história universal*, na realidade, não é uma história “neutra”, mas uma história dos homens, geralmente o homem branco e ocidental, oferece pensar: de que sujeitos, afinal, estamos falando? Expor a “hierarquia implícita em muitos relatos históricos” (SCOTT, 1992, p. 78) denota que a inclusão do sujeito mulher implica um *deslocamento radical* dessa história. Implica considerar as relações de gênero como relações de poder, estruturantes das sociedades e dos sistemas políticos.

Falar de mulheres e política no Brasil é realizar o relato de uma ausência? Biroli (2017, p. 176) desperta esse questionamento ao afirmar que não. Por um lado, até 1932 as mulheres não possuíam o direito de participar como cidadãs no processo eleitoral e na ocupação de cargos políticos; não era permitido o voto ou a elegibilidade. Os números da participação feminina na política institucional, 86 anos após a conquista do sufrágio, indicam uma baixíssima presença das mulheres nos legislativos e executivos.¹ O acesso à elite política é restringido a uma pequena gama de indivíduos, dificultando a oportunidade para aqueles pertencentes a determinados grupos sociais – mulheres, população negra, indígenas, LGBTs. As barreiras se dão por meio de estruturas simbólicas e materiais.

O contexto do período de transição entre um regime ditatorial e uma (re)organização democrática, no Brasil dos anos 1980, é considerado neste trabalho como momento de abertura política e espaço para a reivindicação e inserção de grupos sociais marginalizados. É nessa conjuntura que entendemos a emergência de grupos feministas e de mulheres como um marco na participação política feminina, refletindo em vitórias significativas desses movimentos no que concerne à luta por direitos civis igualitários e

¹ A ocupação média dos legislativos oscila nos 10% (BIROLI, 2018)

plena cidadania.² Nesse espaço de transição e redefinição política e social, as delimitações entre o que é *público* e o que é *privado* são relativizadas e, considerando que as fronteiras socialmente definidas para essas esferas têm importância ímpar para a participação política das mulheres³, é um espaço em que os movimentos feministas encontram brecha para questioná-las e disputar os limites do que é e do que não é político.⁴ (BIROLI, 2018).

Os períodos de transição são propícios para o surgimento de novos acordos institucionais, mesmo aqueles que versam sobre perspectivas até então suprimidas, como o gênero (CELIS, 2013). Afinal são nesses ínterims que a redefinição da relação entre o Estado e a sociedade civil, o “público” e o “privado”, torna-se possível e, por conseguinte, o espaço na arena institucional para as pautas femininas é ampliado (ALVAREZ, 1988). (SCHWETER; ALBUQUERQUE, 2017, p.1)

Dado esse contexto, o questionamento proposto é se a eclosão dos movimentos feministas e de mulheres e o envolvimento político que se dá durante o processo constituinte, além das vitórias presentes na Constituição de 1988, refletiram em mudanças na ocupação de cargos eletivos por candidaturas femininas. No primeiro capítulo, faremos uma análise de dados estatísticos referentes âmbito municipal, considerando as prefeitas e vereadoras nos municípios do Rio Grande do Sul nos pleitos de 1988, 1992 e 1996. A base desses dados é o resultado do projeto de pesquisa desenvolvido como conclusão do Estágio do Bacharelado em Pesquisa Histórica, no Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha, com orientação da Prof. Dr. Natalia Pietra Méndez e supervisão do historiador e servidor Rodrigo de Aguiar Gomes.

Em congruência com o que é cabível a um espaço de trabalho de conclusão, buscamos abranger aspectos relacionados às configurações do poder local, a partir das referências sobre o tema como os trabalhos de Lúcia Avelar (2001), Ana Alice Costa (1998) e Olinda Barcellos (2015), além de outros aspectos comparativos. A análise dos dados, com o respaldo da bibliografia selecionada, tem como objetivo estabelecer um

² “(...) no que tange aos direitos das mulheres, das 249 leis aprovadas, 200 o foram após a Constituinte de 1988, um marco de mobilização das mulheres na política brasileira [Ogando, 2011, com base nos dados do CFEMEA]. Um marco porque os movimentos de mulheres conseguiram que 80% de suas reivindicações fossem incorporadas ao texto constitucional.” (AVELAR, 2013, p. 292)

³ Para Biroli (2018), é necessária uma problematização da dualidade público/privado, desatualizando-a. Assim, é possível compreender que os papéis de gênero associados aos âmbitos públicos e domésticos têm impacto fundamental nas possibilidades de atuação na vida pública, principalmente os papéis associados ao feminino relacionado à domesticidade.

⁴ A preocupação em manter a divisão entre vida pública e vida privada está associada a uma manutenção da ordem. “É na família burguesa que encontramos uma clara divisão de papéis, com uma estrutura de natureza patriarcal. O patrimonialismo dos Estados reforçaria essa estrutura, com decisivo impacto sobre a exclusão das mulheres na política (CAMPOS, 2000)”. (AVELAR, 2001, p. 29)

panorama da presença feminina no poder local do Rio Grande do Sul a partir da redemocratização.

A análise da participação das mulheres na política é possível a partir de diferentes abordagens, recebendo a atenção de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento, com destaque para a História e a Ciência Política. Em sua publicação intitulada *Mulheres na elite política brasileira*, Lúcia Avelar (2001) realiza um levantamento sobre a presença das mulheres nesses espaços de poder, considerando aspectos centrais, mudanças e continuidades na construção de uma organização democrática do país. Utilizando de diversos dados estatísticos referentes a essa participação, com recortes que abrangem diferenças entre regiões, localidade e até partidos políticos, a autora analisa a representatividade feminina considerando seus diversos aspectos e buscando observar as razões para a baixa representatividade em cargos eletivos.

A ideia deste trabalho foi concebida a partir de um processo empírico, durante os dois anos de experiência como estagiária do Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha, no TRE-RS.⁵ Foi tomando forma a partir da percepção de que as concepções como *progresso linear* e *atraso* são prejudiciais para pensar o problema da escassa participação e representação feminina em cargos eletivos e espaços de poder. Compreendemos que há uma contradição inerente ao observarmos uma mesma ordem democrática assentada em conceitos como cidadania e direitos universais resultar em práticas excludentes. Entretanto, partindo da investigação em torno desses conceitos e compartilhando do entendimento de Biroli (2017, p. 11) de que a baixa efetividade na inclusão política das mulheres “não indica um caminho “incompleto” nem um “desvio” na universalização dos direitos, mas é constitutiva das instituições e das regras informais que organizam as relações de poder”, buscamos discutir e desconstruir essa perspectiva de *atraso*.

A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização de mulheres e de outros grupos sociais subalternizados. (BIROLI, 2018, p. 172)

Nessa mesma linha, Céli Pinto (2001, p. 101) propõe considerar como uma das dimensões do problema da baixa participação das mulheres na política institucional a “própria natureza da participação política posta pela democracia liberal”, que estabelece

⁵ Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

as distinções do público como espaço para a cidadania e o privado para a família, onde insere-se a mulher.

A hipótese inicial é de que, mesmo com as reformulações e até mesmo vitórias das reivindicações por parte de movimentos de mulheres e movimentos feministas na construção de uma nova Constituição para o país, as mudanças na participação feminina em cargos legislativos e executivos não se deram em grande escala e tampouco de forma contínua, em um sentido de progresso. A perspectiva é de que “a política é *atualizada* como espaço masculino”, sendo as instituições políticas modernas dotadas de um caráter patriarcal (BIROLI, 2018, p. 172). Um dos aspectos que fundamentam este trabalho é o intuito de realizar a abordagem de uma história que não é linear, ou seja, que não se desenvolve em uma linha contínua de desenvolvimento, em uma determinada direção; geralmente atribuída a uma ideia de progresso. Para isso, compreender tal caráter patriarcal agregado às instituições, ambiente e espaços políticos, que permanece socialmente enraizado e naturalizado, faz-se necessário.

Ainda que os obstáculos à participação política das mulheres sejam um problema em si, os efeitos dessa participação desigual não as atingem da mesma forma, podendo até preservar as posições vantajosas de algumas entre elas (BIROLI, 2018, p. 173).

No segundo capítulo, consideramos a necessidade de uma abordagem qualitativa, no intuito de incluir outros aspectos da participação política que os dados estatísticos não são capazes de contemplar. Será realizado o levantamento de fontes que permitam refletir sobre a trajetória de quatro vereadoras eleitas em Porto Alegre entre 1982 e 2016 – Terezinha Irigaray, Helena Bonumá, Teresa Franco e Mônica Leal – buscando identificar os diferentes lugares a partir dos quais essas mulheres se inseriram na política, tida como campo essencialmente masculino, bem como as diferentes estratégias de inserção adotadas por elas, observando de que maneiras incidem sobre as trajetórias políticas dessas mulheres, perpassadas por gênero. Ainda que o tema venha a ser tratado a partir de dados relativos à política institucional, vinculados aos resultados eleitorais, não significa desconsiderar a atuação das mulheres no cenário político de diferentes maneiras. É necessário considerar que as mulheres fazem política, mas não chegam na mesma proporção aos cargos representativos de poder (BIROLI, 2018).

Alguns problemas que se colocam: Há, com a reabertura política, bem como com o surgimento de novos movimentos feministas nos anos 1970 – 1980, mudanças na

ocupação de cargos eletivos pelas mulheres nos municípios do Rio Grande do Sul? Existem especificidades relacionadas ao poder local? Quais são as diferentes origens de atuação pelas quais as mulheres se inserem na política e quais as diferentes estratégias adotadas por vereadoras eleitas em Porto Alegre nesse processo? Como esses diferentes lugares interferem em suas trajetórias, e como os condicionamentos históricos da desigualdade – e dominação – de gênero interferem nos lugares e oportunidades de inserção e na atuação política dessas mulheres? De que diferentes maneiras o gênero incide nessas trajetórias, considerando os atravessamentos de classe e raça, quais as diferenças e aproximações identificadas e quais mudanças e permanências os aspectos dessas trajetórias evidenciam da experiência das mulheres na política?

1. HISTÓRIA POLÍTICA, GÊNERO E PARTICIPAÇÃO

1.1. História das mulheres

Fazer uma história das mulheres, colocando-as enquanto sujeito ativo nos processos históricos é primordial, reconhecendo uma historiografia que invisibilizou o papel desses sujeitos. É importante, primeiramente, “*narrar para existir*” (AVELAR, 2001, p. 8). Há, entretanto, limitações ao que pode oferecer uma história predominantemente narrativa, na qual afirmamos a existência e observamos as ações das mulheres. O que muda, em termos de análise histórica, falar sobre as mulheres nos processos sociais? Seria apenas um adendo ao que já temos enquanto *história universal*?

Um dos aspectos que marcam a história das mulheres é estar ligada, principalmente em seus primórdios, a um movimento social: o feminismo. O movimento feminista dos anos 1970 e 1980 marcou a atuação política de mulheres durante a redemocratização no Brasil assim como marcou a produção historiográfica (TILLY, 1994). Em ambos os casos, independentemente da identificação com grupos ou ideias feministas, autoras e agentes políticas tiveram seus trabalhos *marcados* por esses movimentos.

Certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres (TILLY, 1994, p. 31).

Com relação à produção historiográfica e os sujeitos históricos,

A história das mulheres - com suas compilações de dados sobre as mulheres no passado, com sua insistência em que as periodizações aceitas não funcionavam, quando as mulheres eram levadas em conta, com sua evidência de que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública, política - implicava uma insuficiência fundamental: o sujeito da história não era uma figura universal, e os historiadores, que escreviam como se ele o fosse, não podiam mais reivindicar estar contando toda a história. (SCOTT, 1992, p. 86)

O caráter político em fazer uma história das mulheres não diz respeito apenas à sua ligação com o movimento feminista. É político em sua necessidade. A efetivação de mudanças nos domínios da história – o que Tilly observa que se dar após a tarefa de evidenciar a experiência das mulheres ao longo do tempo, transformando fatos da vida privada em fatos históricos e posteriormente passando a uma abordagem analítica, evidencia estruturas e hierarquias de poder que foram ignoradas. Denota um *deslocamento* da própria história. O caráter transformador para além das raízes da

produção historiográfica está em uma história política das mulheres que contribui para as transformações sociais.

A ameaça radical colocada pela história das mulheres situa-se exatamente nesse tipo de desafio à história estabelecida; as mulheres não podem ser adicionadas sem uma remodelação fundamental dos termos, padrões e suposições daquilo que passou para a história objectiva, neutra e universal no passado, porque essa visão da história incluía em sua própria definição de si mesma a exclusão das mulheres. (SCOTT, 1992. p. 90)

O caráter político de fazer uma história das mulheres e a associação a transformações sociais – mudanças estruturais nas relações de poder – reforça a necessidade de problematizar essas relações. Construir uma história das mulheres como apêndice a uma história universal – a história dos homens – não contribuiria nem para uma releitura dos processos históricos, em termos estruturais, nem em um sentido de fomentar transformações. A exclusão das mulheres do que é âmbito público, do que diz respeito às tomadas de decisão, foi historicamente construída e produziu a diferença sexual no âmbito da política (SCOTT, 2008).

Abordar a ausência das mulheres tanto na historiografia, quanto nas instituições de poder em si, é essencial para compreender a história de como se deram os processos políticos no Brasil, compreendendo em uma perspectiva que considere as relações de gênero e, portanto, as relações de poder. Para Joan Scott,

Isso exige uma análise não apenas da relação entre a experiência masculina e a experiência feminina no passado, mas também da conexão entre a história passada e a prática histórica presentes. Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas a essas questões dependem de uma discussão do gênero como categoria analítica. (SCOTT, 1995, p. 74)

Nesse sentido, utilizaremos o conceito de gênero como categoria de análise, compreendendo que a diferença sexual é, na realidade, produzida histórica e culturalmente, criando relações de poder pautadas por essa diferença. Em outras palavras, as relações de gênero são relações primordiais de poder, sendo gênero um construto ideológico e inteiramente social que se dá a partir do sexo. Nesse sentido, não utilizaremos o termo “igualdade de gêneros” por compreender que gênero é, por si, uma hierarquia – não uma dualidade. Na medida em que relações de gênero são relações desiguais de poder, entendemos que os movimentos feministas buscam a “igualdade entre os sexos”. Desnaturalizar as representações de gênero no imaginário social que estrutura as relações é necessário para uma releitura do passado e para a construção do presente (RAGO, 1988).

A leitura que considera as relações de gênero e emprega gênero como categoria de análise histórica possibilita compreender as desigualdades presentes no que se apresenta como um “campo neutro”, como a política. Permite, portanto, “identificar as assimetrias das relações de poder e evidenciar a construção social das diferenças entre masculino e feminino (Amâncio, 1998).” (PRÁ, 2014, p. 174).

Em suma, com esse olhar é possível apreender “os obstáculos que limitam ou impedem o pleno exercício dos direitos políticos das mulheres, e os desafios que representa sua eliminação” (Lavalle, 2010:52); motivo pelo qual os feminismos são permanentemente desafiados a buscar estratégias para *assegurar que os “direitos de cidadania das mulheres e as condições para o seu exercício constituam questões centrais de democracia, e não apenas questões das mulheres”* (Pitanguy e Miranda, 2015:31). (PRÁ, 2014, p. 174, grifo nosso)

Essas diferenças, historicamente construídas e naturalizadas, devem ser compreendidas considerando diferentes contextos sociais e políticos. Segundo Scott, a diferença sexual é o *efeito*, não a causa, da exclusão política das mulheres. Enquanto causa, aparece no discurso que naturaliza essa exclusão: argumenta-se, a partir da diferença, que o lugar público não é lugar para elas, assim como o doméstico, o cuidado com os filhos, não seria destinado aos homens de forma natural. Esse entendimento é fundamental para pensar o discurso sobre a diferença sexual como um discurso eminentemente político, uma vez que ele produz e reproduz hierarquias de poder.

Assim, a diferença sexual, que nada teria a ver com o âmbito político, aparece nesse espaço como efeito dessa exclusão. Scott, referindo-se ao contexto dos revolucionários na Revolução Francesa, explica: *“la decisión política que asociaba la ciudadanía con la virilidad (ambos son términos sugerentes) introdujo la diferencia sexual allá donde no existía y donde no debería existir”*⁶. Discute-se as compreensões de sexo, gênero e diferença sexual enquanto efeitos produzidos discursiva e historicamente, marcados e marcantes da sociedade e das instituições políticas. Historicizar o sujeito mulher e as relações entre os sexos.

el caso es que las feministas nos permitieron ver cómo las divisiones entre mujeres y hombres habían configurado las medidas sociales y políticas de las sociedades, a la vez que habían sido configuradas por éstas. (SCOTT, 2008, p. 261)

1.2. Relações entre gênero e uma nova história política

⁶ SCOTT, Joan W. Género e historia. México: Fondo de Cultura Económica, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008. p. 257

A exclusão das mulheres na esfera política produz, como efeito, a diferença sexual neste âmbito. É a partir das diferenças – histórica e socialmente construídas – que se justifica a própria exclusão de indivíduos dos processos democráticos e dos direitos de cidadania, pretensamente universais. Esse indivíduo universal, cidadão, constituiu-se no pensamento ocidental a partir da diferenciação com o *outro*: a diferença sexual e a diferença étnico-racial são produzidas e utilizadas para justificar as contradições de uma universalidade excludente.

Os “ideais de liberdade, igualdade e autonomia que povoam o imaginário da maior parte dos indivíduos que vivem nas sociedades liberais e democráticas contemporâneas” (MIRANDA, 2010), formam também a própria estrutura institucional, constitucional e política dessas sociedades. Apesar dessas concepções, as democracias liberais organizam-se por meio de exclusões – entre elas, a exclusão da mulher na vida pública. Temos como intuito compreender como foi possível manter e estruturar a exclusão de grupos sociais em um sistema que se consolida a partir de ideais de igualdade e de conceitos como indivíduo, cidadania e universalidade. Como foi produzida, nesse contexto, a diferença sexual? Como a ideia do indivíduo universal, permeada de direitos individuais, utilizou-se da figura do *outro* e da lógica da diferenciação para se consolidar e legitimar um modelo democrático à princípio incoerente?

O chamado sufrágio universal representa a cidadania estendida a toda a população através do direito ao voto, no contexto dos regimes democráticos. A conquista desse sufrágio é geralmente relacionada à conquista do direito ao voto pelas mulheres, datando do início do século XX em alguns países, até inícios do século XIX em outros⁷. O tema da universalidade e cidadania remete aos ideais revolucionários franceses que culminaram no processo da Revolução Francesa, em 1789. Os ideais iluministas e as narrativas de progresso que acompanham esse processo estão no cerne da construção das democracias liberais. Bem, com relação a demandas universais e ideias de progresso, cabe salientar:

La conclusión de muchos de estos estudios hace eco con el ahora famoso comentario de la historiadora Joan Kelly sobre el Renacimiento. Esta dice que es muy probable que haya existido un Renacimiento en el siglo XVI, pero que según la mayoría de las medidas de progreso que se han aplicado hasta el momento, este no represento un renacimiento para las mujeres (Kelly-Gadol, 1977). (SCOTT, 2008, p. 256, grifos nossos)

Em outros termos, temos a indicação de que o impacto das principais comoções revolucionárias não tenha resultado em progressos para as mulheres (SCOTT, 2008, p. 256). Margareth Rago,

⁷ Há a questão da permissão do voto aos analfabetos, o que será melhor abordado nesse capítulo.

quando afirma que “as mulheres, portanto, não tinham história, *absolutamente excluídas pela figura divina do Homem, que matara a Deus para se colocar em seu lugar*” (RAGO, 1998, p. 91, *grifo nosso*) sintetiza bem essa relativização viável do chamado renascimento e dos ideais iluministas enquanto ideias de progresso social e humano se considerarmos grupos sociais que não estavam incluídos nas concepções de cidadania.

Não há como falar, historicamente, em “a mulher” como grupo homogêneo, na medida em que não existe um só sujeito e um só papel ou lugar ocupado ao longo da história. Entretanto, problematizamos uma história feita por homens, na qual as mulheres representam um sujeito singular frente ao sujeito masculino, que é neutro e universal. Quando falamos em história da humanidade, falamos na história do homem, que é o representante de um coletivo – novamente neutro e masculino. Para se definir, cabe à mulher declarar-se mulher, enquanto um homem não se define como homem, na medida em que ser homem é o natural. Diferencia-se, na sua singularidade, quem não o é⁸. Nesse sentido, Scott observa, ao analisar os processos da Revolução Francesa relativos à formação de conceitos como identidade e universalidade, que

El hecho de redefinir las normas patriarcales existentes en términos de una diferencia sexual basada en la biología, mantuvo la ficción de una individualidad autónoma que era, a la vez, universal y masculina. Los “otros”, cuyo reconocimiento confirmaba la individualidad de los hombres, no eran considerados como individuos, eran simplemente mujeres. (SCOTT, 2008, p. 258)

Há uma contradição evidente ao se falar em direitos universais quando uma parte – e até a maioria, no caso do Brasil, se considerarmos a população composta por mulheres, negros, analfabetos – é excluída do pleno gozo desses direitos. Nesses termos se dá o papel da lógica da diferenciação na construção do indivíduo homem, que pode assumir o posto de indivíduo universal, na medida em que são construídas teorias científicas que sustentam a existência de desigualdades naturais. Essas teorias propiciam “legitimidade” à democracia excludente e tiveram o papel de conter determinados grupos sociais em meio a um quadro republicano revolucionário na França do século XVIII. A produção da diferença sexual foi uma forma de definir a individualidade como masculina e universal e uma maneira de excluir as mulheres das categorias de indivíduo e cidadão de uma forma que não fosse inconsistente (SCOTT, 1992). Propiciou, portanto, um modo “coerente” de exclusão.

⁸ Em *O Segundo Sexo*, uma das obras consideradas mais importantes na história do feminismo, escrita por Simone de Beauvoir em 1942, a autora explica como o homem é o representante do que entendemos como humanidade, do coletivo, enquanto a mulher é vista como sujeito singular.

(...) foi também no Século das Luzes que os discursos que legitimam a exclusão das mulheres dos ideais de cidadania foram produzidos no interior de um intenso debate, contribuindo para mantê-las como sujeitos tutelados nas democracias contemporâneas, pelo menos até início do século XX. (MIRANDA, 2010, p. 10)

No Brasil, a exclusão política de grupos minoritários não é apenas um *atraso*, é principalmente um *projeto*. Uma evidência desse projeto foi a Lei Saraiva, de 9 de janeiro de 1881 que, a partir de demanda do Partido Liberal, introduziu o voto direto ainda no Império, já em crise – a República se constitui em 1889⁹. Ao introduzir o voto direto, o Congresso instituiu também o censo literário, excluindo mais de 80% da população do exercício de cidadania. Nas discussões sobre a reforma eleitoral, houve considerável influência do pensador liberal inglês John Stuart Mill entre os deputados liberais que buscavam justificar a exclusão. O discurso apoiado em um intuito de defender a educação universal antes do sufrágio não corresponde às prioridades da governança brasileira; segundo Joaquim Nabuco, parlamentar que se opôs ao censo literário, “[...] no orçamento tudo avulta, menos a instrução pública” (NABUCO, 1879b, p. 201-206)” (FERRARO, 2013, p. 192).

Em síntese, num Império sem escolas, o que se queria era fechar para o povo a única escola possível: a escola do voto, fechamento este que a República iria manter por mais de um século, até quase final do século XX (1985), quando foi facultado o voto do analfabeto. (FERRARO, 2013, p. 193)

Stuart Mill, além de defender os censos econômico e literário para o sufrágio, acreditava nos direitos das mulheres à cidadania, considerando as diferenças entre os sexos absolutamente irrelevantes nesse âmbito, afirmando sua capacidade política. Além disso, era contra a situação de poder dos maridos, pais e irmãos sobre as mulheres, considerando necessário o direito à participação política para a “remoção completa desse mal”. Ainda que tenha havido debates em torno da questão, os deputados liberais brasileiros desconsideraram essa parte e o voto feminino só foi conquistado mais de meio século depois¹⁰.

Por fim, em um contexto em que o regime escravocrata seria oficialmente abolido em 1888,

[...] a reforma eleitoral em questão, pelos seus elementos de exclusão (de negação do voto às pessoas de baixa renda, aos analfabetos e às mulheres), parece aproximar-se muito do que se poderia chamar de ação preventiva, de contenção da participação popular, no sentido de manter a *situação-limite* favorável e de afastar a possibilidade de qualquer *inédito viável*, como o voto universal (FREIRE, 1979, p. 105-111). (FERRARO, 2013, p. 201)

⁹ A convocação do próprio Imperador Pedro II aos liberais, por uma reforma eleitoral, “se deu em meio à chamada crise eleitoral, que, somada às crises militar, religiosa e escravista, iria concorrer na pavimentação do caminho que, numa década, levaria à República”. (FERRARO, 2013, p. 185)

¹⁰ O voto e a elegibilidade foram estendidos às mulheres com o Código Eleitoral de 1932.

Há estudos pertinentes que falam sobre a relação entre gênero, classe e (a falta de) escolarização no Brasil, bem como sobre o analfabetismo construído como uma questão nacional (FERRARO, 2013). A educação é um aspecto considerado, por meio de estudos, crucial para a chegada das mulheres no alto da política (AVELAR, 2001). A título de exemplo, das doze mulheres pioneiras na política brasileira eleitas deputadas estaduais e federais na década de 1950, estudadas por Pinto (2017), sete possuíam educação formal e seis eram professoras primárias¹¹. Ainda que tenha havido grandes mudanças no fator educacional – uma vez que nas últimas décadas as mulheres alcançaram e superaram a população masculina em termos de escolaridade – essas mudanças não são refletidas em um aumento dessa participação na política institucional.

Não encontramos dados referentes à porcentagem da população analfabeta, especificados por sexo, de períodos anteriores. Segundo estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, a proporção de homens analfabetos é maior em quase todas as faixas etárias. O número só não supera o das mulheres nas faixas etárias igual ou superior a 60 anos. Esse dado oferece um indício do menor acesso das mulheres ao sistema educacional brasileiro, pelo menos até passada a metade do século XX. Assim, considerando que até o início do século XX a pequena parte da população que era alfabetizada era majoritariamente de homens, e que durante boa parte do século as mulheres permaneceram com acesso restrito ao sistema educacional, o *censo literário* que perdurou por quase 100 anos foi, possivelmente, um dos entraves ao voto feminino.

Não obstante a Constituição de 1891 não estabelecer restrições ao sufrágio feminino, havia limitações impostas aos mendigos, aos analfabetos, aos praças e aos religiosos (MACEDO, 2014). Considerando que a taxa de analfabetas em 1890 era de 85% (FREIRE, 2012) e que muitas das mulheres eram religiosas ou casadas (o que implicava em sua incapacidade relativa), a prática era de que o voto fosse restrito aos homens. (SOARES, 2016, p. 62)

Resumidamente, a cidadania universal desde a concepção do pensamento liberal e democrático não representa a inclusão de todos os indivíduos da sociedade. O que a perspectiva trazida pelas teorias feministas revela são as contradições do próprio sistema. Ao expor as contradições do republicanismo que anuncia princípios universais, mas se baseia em práticas excludentes, são postos questionamentos sobre as próprias concepções estruturantes do sistema

¹¹ No artigo é destacado que, no contexto dos anos 1950, ser professora primária já era uma profissão prioritariamente feminina, além de ser um trabalho que tinha muito respeito da sociedade, refletindo em um capital social e cultural significativo. Fica o questionamento sobre as mudanças no status social dessa profissão.

político e, portanto, a necessidade de repensá-lo. (SCOTT, 1992, p. 30). É nesse aspecto que o feminismo e (e as teorias feministas) se mostra tão perigoso ao sistema hegemônico.

1.3. Redemocratização, fronteiras público/privado e a reivindicação de direitos em momentos de abertura política

Não é possível um estudo pleno sobre a história, que é perpassada pelas relações de poder entre os sexos, se desconsiderarmos o papel dessas relações nos diferentes processos históricos. Essas relações não são estáticas: são produzidas e se adaptam aos diferentes espaços e contextos, passam por modificações de acordo com as fronteiras entre público e privado, que tampouco mantêm-se da mesma maneira. Em momentos de abertura política e remodelação de uma sociedade, quando essas fronteiras tendem a ser flexibilizadas, vemos a emergência da participação e reivindicação de grupos excluídos ou marginalizados da ordem social, como as mulheres.

Tomando como exemplo os processos históricos das revoluções francesa, russa e espanhola, as mulheres tiveram protagonismo e fizeram uso da abertura política para inserir, de diferentes formas, reivindicações relacionadas à condição social e de vida das mulheres. No caso do Brasil, em um quadro não revolucionário, mas de abertura e reformulações após décadas de um regime autoritário e ditatorial, a Ditadura Civil-Militar – período em que tiveram participação ativa nos grupos e movimentos de resistência ao regime – as mulheres se organizaram enquanto grupo social reivindicando direitos, participando como agentes políticos na formulação de uma nova carta constitucional e conquistando uma série de vitórias de suas pautas incluídas na Constituição de 1988.

O processo constituinte que antecedeu a promulgação da Carta de 1988 retratou embates políticos pela afirmação de direitos e pela ampliação das garantias de cidadania, contando com a participação intensa de vários movimentos sociais. (VERSANI, p. 238)

Quanto ao conceito de transição e na mesma linha do que Pinto (2001) coloca sobre o espaço dos novos sujeitos na (re)construção da democracia,

“transições são aberturas políticas no cenário, há uma disposição para repensar as bases do consenso social e revisar as regras do jogo. Isso dá aos movimentos sociais uma oportunidade extraordinária para motivar novas questões e influenciar as expectativas populares”. A consolidação da democracia estaria atrelada à oportunidade dos cidadãos comuns de influenciarem nos destinos da coletividade e nas decisões políticas, através da incorporação de novos atores sociais e novos temas (SANTOS, 2001). (SCHWETHER, ALBUQUERQUE, 2017, p. 4)

Consideraremos, portanto, com o período da redemocratização e abertura política, o espaço para a atuação de novos grupos políticos. Nesse contexto, os grupos feministas e de mulheres “passaram a atuar para incluir organismos e políticas públicas para mulheres na nova institucionalidade, forçando a construção de espaços de atuação e redefinindo o patamar das disputas” (BIROLI, 2018, p. 176). Há um espaço que se abre – a partir também da articulação desses grupos, em um sentido de pensar uma nova organização política. Nesse contexto, a luta, a organização e as reivindicações feministas têm importância central na contestação da baixa participação feminina – constantemente naturalizada – e sua transformação em *problema político* (BIROLI, 2018, p. 180). Em conformidade a isto, está a citação feita no trabalho de Natália Schwether e Maria Alice Albuquerque sobre o engajamento das mulheres no período em questão: “A liberalização política no Brasil criou espaços para a articulação de demandas específicas de gênero, em um processo de politização da agenda (ALVAREZ, 1988).” (SCHWETHER; Albuquerque, 2017, p. 1)

Esse movimento foi possível em um contexto amplo de participação popular para a construção de uma República que fosse verdadeiramente cidadã e participativa.

Uma ideia-valor presente e largamente disseminada era, pois, a de que a participação da sociedade permitiria que o processo constituinte representasse um avanço na luta pela construção da cidadania do povo brasileiro em bases mais democráticas. (VERSIANI, 2010, p. 244)

O envolvimento de diversas instituições, como sindicatos, associações de moradores e movimentos sociais organizados na luta por direitos de grupos minoritários (em termos de representação política) foi marcante do período.

Muitas entidades civis e universidades envolveram-se nesse processo. Em comum, reconheciam a participação social como um elemento-chave de afirmação da vontade política dos brasileiros. Consolidava-se, assim, uma presença ativa e vigilante na pretendida repactuação da sociedade. (VERSIANI, 2010, p. 242)

Ao longo do processo constituinte de 1985-1988, não obstante os embates ideológicos e de interesses, a percepção da cidadania política ocupou um lugar significativo na sociedade brasileira. A ideia de uma Nova República se abriu, e nela o engajamento da população foi concebido, por grupos e pessoas, como ponto fundamental para que direitos fossem conquistados. (VERSIANI, 2010, p. 248)

Um dos aspectos interessantes de se observar é a diversidade nas formas de participação, além da política institucional, e o quanto essas diferentes formas podem influenciar uma

a outra. A participação das mulheres em movimentos sociais, associações de trabalhos, como lideranças comunitárias etc., tem como consequência direta uma maior representação nos cargos representativos? Até mesmo dentro dos próprios movimentos, a ocupação de cargos de liderança por mulheres tem uma proporção baixíssima comparando a dos homens. Exemplificando, “é bastante comum a situação em que sindicatos de categorias de trabalhadores eminentemente femininas tenham presidentes masculinos” (PINTO, 2001, p. 103).

Dentro desse quadro amplo de eclosão de movimentos sociais no mundo ocidental, o movimento feminista tomou força no Brasil na década de 70, em um contexto de repressão à participação política e de grande estreitamento na ação dos partidos políticos enquanto canais para chegar à representação (PINTO, 2001). Desenvolvendo-se durante os anos 80, em meio a grandes mobilizações, o movimento feminista faz parte de um momento em que:

“Os movimentos sociais em geral trazem para a arena pública um contingente considerável de pessoas que até então não haviam se expressado publicamente e que constituem interesses e sujeitos completamente novos: mulheres começam a se expressar como mulheres, indígenas como indígenas, negros como negros, entre outros.” (PINTO, 2001, p. 104)

A expressão desses novos indivíduos e o engajamento político de estratos sociais que tradicionalmente não tinham esse envolvimento fez parte de um processo que teve a percepção da importância do direito à cidadania altamente disseminada. A participação dos cidadãos e cidadãs se deu por vias de movimentos organizados, instituições e até mesmo no envio de cartas individuais, nas quais as pessoas fizeram pedidos e deram suas sugestões para a construção do novo texto constitucional do país. No acervo da Coleção Memória da Constituinte existem mais de cinco mil cartas identificadas (VERSIANI, 2010).

O tipo de participação crescente no período transcende, claramente, o âmbito da representação política via partidária. Na análise da cientista política Céli Pinto (2001), a tensão provocada pelos novos movimentos e novos sujeitos com os partidos políticos “é fundamental para o alargamento da democracia nos espaços de representação”, pois se trata de “pensar a incorporação de novas demandas, novos interesses e novos sujeitos no discurso daqueles que

pretendem ser representantes”. Inclusive, um dos obstáculos à inserção das mulheres na política institucional e sua eleição muitas vezes são os próprios partidos.¹²

O século XXI vem marcado por transformações – e permanências – no que se refere aos direitos das mulheres, principalmente na ocupação do espaço público. Somos parte significativa do mercado de trabalho, os movimentos feministas que contestam normas culturalmente enraizadas sobre comportamento estão em evidência, o divórcio é um direito e a família vem assumindo novas configurações. Boa parte dessas mudanças é fruto da Constituição de 1988, e outras estão não apenas ou necessariamente relacionadas a um progresso das conquistas femininas, mas também ao próprio modo do sistema capitalista, como a questão do trabalho. Esses aspectos ainda são marcados por desigualdade latentes. As mudanças na área da política institucional, entretanto, são ainda mais lentas; envolvem de forma mais direta as disputas de poder e, principalmente, dizem respeito a quais interesses estarão representados.

Ainda que muitas mulheres que chegam aos cargos representativos não sigam uma agenda feminista nem com ela se identifiquem com, há a experiência comum do ser mulher em uma sociedade, que suscita pautas específicas ou, no mínimo, direcionamentos e perspectivas singulares. Uma vez que a presença de mulheres é garantida, ainda que as representantes não tenham como pauta direta a defesa dos direitos das mulheres, isso significa uma diversificação de perspectivas. Havendo ou não identificação, há uma série de normas e, principalmente, limitações que caracterizam o campo comum para as mulheres de determinada época, em determinado local, irrompendo em dificuldades e contextos determinados por condições de sexo, raça e classe. Tendo em vista o pensamento de Iris Young, Céli Pinto resume a ideia de que

(...) as mulheres podem representar interesses muito diversos, inclusive não feministas, podem ter opiniões muito diversas, ou seja, podem representar ideologias diversas, mas por sua condição de mulher terão sempre uma perspectiva diferente da do homem. (PINTO, 2014, p. 571)

Assim como a entrada das mulheres nas universidades e círculos acadêmicos inseriu novas temáticas e novas formas de produção dos saberes nos diversos campos de estudos, são inseridas novas temáticas e questões ao mundo político, que são relativas à experiência social do ser mulher.¹³ A experiência feminina propicia ao mundo acadêmico, bem como ao mundo político “novos contornos e novas cores”, como bem define Rago (1998, p. 90).

¹² “Ao analisar os julgados mais recentes sobre o tema, Macedo (2014) demonstra que a prática dos partidos denota a falta de vontade na inserção de mais mulheres nas arenas políticas” (SOARES, 2016 p. 78)

¹³ “Apesar de as mulheres estarem relegadas à esfera privada, são incorporadas à esfera pública sempre que sua presença se faça necessária para o desenvolvimento capitalista e/ou para as relações de dominação” (COSTA, 1988, p. 11). Isso diz respeito também ao recorte necessário de classe e de raça quando

A atuação da bancada feminina na Constituinte, a qual contava com uma diversidade de partidos e posições políticas, pode ser utilizada como exemplo das mudanças e da defesa de pautas que dizem respeito à vida das mulheres na sociedade, mesmo entre aquelas que não se identificavam como feministas (PINTO, 2001). As 26 mulheres eleitas representavam 5% do total de parlamentares constituintes, divididas em oito partidos diferentes. Segundo Biroli (2017, p. 182), a maioria delas não se identificava previamente com movimentos ou pautas feministas. Ainda segundo a autora, é justamente o fator de representar uma porção tão minoritária em um ambiente fundamentalmente masculino que torna possível a identificação enquanto grupo e, então, a construção de uma agenda comum. Tal identidade teria permitido uma maior efetividade no trabalho com as temáticas consideradas comuns, ainda que representassem posições ideológicas diversas. Na segunda parte do trabalho, a trajetória política de uma das quatro ex-vereadoras estudadas possibilitará perceber de forma mais evidente essa interpretação.

Além do aspecto da identidade feminina, que acaba se estabelecendo no contexto, incluiríamos os pontos relacionados à importância de movimentos sociais nesse momento. Pinto sugere três razões para a formação de uma bancada feminina na constituinte: a questão da identificação em um espaço privilegiadamente masculino, acrescida das Emendas Populares promovidas por movimentos de mulheres e da presença do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Em síntese, o surgimento da “Bancada Feminina” na Assembleia Nacional Constituinte obedece, de certa forma, a uma trajetória inversa daquela da militante feminista ao tornar-se militante partidária. Se, no caso desta última, a mulher tende a abrir mão de uma plataforma eminentemente feminista em favor da plataforma partidária, no caso das constituintes que chegaram à deputação via partido, as demandas de movimentos de mulheres organizados fora dos partidos geraram condições para que surgisse uma identidade “feminista”, recuperando as especificidades das demandas diluídas nos partidos. (PINTO, Saffioti, p. 214)

1.4. As mulheres em cargos do poder municipal: o caso do Rio Grande do Sul

1.4.1 O acervo de dados

falamos na incorporação das mulheres ao trabalho na esfera pública: mulheres com menores condições e ex-escravizadas ou descendentes de escravas já eram trabalhadoras.

Entre uma nomenclatura que se baseia no gênero neutro da linguagem – o “o”, o masculino – há uma história que se perde. Em resultados de eleições municipais anteriores ao ano 2000 no Rio Grande do Sul, que estão disponíveis nos *sites* do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, não há distinção por sexo¹⁴. Além da ausência de qualquer informação ou distinção nesse sentido, tampouco há especificação no vocabulário empregado: a palavra *eleito* é utilizada para candidatos e candidatas.

Avelar (2001, p. 9) afirma a importância de cada novo trabalho escrito sobre mulheres no processo de construção de “uma identidade coletiva e social nova”, necessária para a construção história desse sujeito de identidade até então invisível na história, “pela própria ausência de registros, relatos, estudos, estatísticas”. Um dos obstáculos ao resgate de uma história das mulheres na política é esse ser um âmbito em que a participação dessa parte da população é ignorada em termos estruturais. Segundo Céli Pinto, trata-se de “um território onde a exclusão era naturalizada pela sociedade” (PINTO, 2017). Uma das formas de exclusão das mulheres na historiografia não feminista sobre o tema, citada pela autora, diz respeito à inclusão da mulher enquanto excepcionalidade, sem que haja uma valorização do “papel preponderante da ausência no processo histórico”. Considerar essa ausência significa não naturalizá-la.

Em outras palavras, se por um lado é preciso resgatar a história de mulheres que romperam amarras e conseguiram inserir-se no âmbito da política investigando suas formas e estratégias de inserção e observando as barreiras enraizadas em um sistema político patriarcalista (BIROLI, 2018), por outro lado e de forma essencial, é preciso considerar as ausências. Dessa forma,

Uma nova postura historiográfica, da qual compartilhamos, valoriza o papel preponderante da ausência no processo histórico, trata a ausência como presença, por provocar efeitos tanto quanto - em que pese consequências diversas - na vida das mulheres, e para além delas. (PINTO, 2017, p. 461)

A primeira parte de análise que propusemos diz respeito aos dados de mulheres eleitas nas eleições municipais para os cargos de vereadoras e prefeitas nas cidades do Rio Grande do Sul, a partir da redemocratização – de 1988 a 1996. Faz parte da continuidade de um trabalho de pesquisa iniciado durante o Estágio do Bacharelado em Pesquisa Histórica, que se deu na elaboração de um acervo com dados disponíveis metodologicamente. A pesquisa foi realizada no Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. As estatísticas referentes às eleições municipais a partir de 1996 – 2000, 2004, 2008, 2012 e

¹⁴ O termo *sexo* será aqui utilizado como distinção de masculino/feminino, seguindo a nomenclatura utilizada pelos institutos de pesquisa, ainda que, enquanto pesquisadora, saiba que tal definição não contempla ou define identidades. Ela se fez necessária, nesse caso, para fins metodológicos.

2016 – já estão disponíveis e aparecem em alguns trabalhos já realizados, que contribuirão para a presente análise. Nesse sentido, a tese *Cuidados, acolhimento e flores: empoderamento político de mulheres e desenvolvimento local no Rio Grande do Sul*, de Olinda Barcellos, oferece análises importantes com foco nas eleições de 2012 no Rio Grande do Sul, apresentando comparativos a partir de 1996.

Os dados que fundamentarão os questionamentos aqui propostos apresentam, em números, como se deu o cenário da participação das mulheres na política municipal, considerando aquelas que foram eleitas prefeitas e vereadoras.¹⁵ As informações disponibilizadas possibilitam análises que comportem aspectos relacionados aos partidos políticos de acordo com as regiões, bem como o número de votos obtidos e a colocação alcançada pelas candidatas – e outra diversidade de leituras. No espaço deste estudo, os dados numéricos proporcionam a comparação entre os períodos estudados; se há diferenças no número de eleitas para o poder local no caso do RS; quais as variações percebidas; e algumas conclusões e hipóteses obtidas ao longo da própria construção do acervo.

1.4.2. História quantitativa: por quê?

O uso de fontes quantitativas, como ressalta Jean-Yves Grenier em seu texto *A História Quantitativa Ainda É Necessária?*, já não é tomada como evidente. Tendo em vista a histórica exclusão que marca o modelo do sistema político brasileiro – observando mais precisamente sua (re)formação junto à República no final do século XIX e que, com o marco da criação da Justiça Eleitoral na década de 1930, persiste até os dias atuais – a participação política feminina tem aparecido como tema recorrente de pesquisas recentes, especialmente na área da Ciência Política. Os dados quantitativos expõem um cenário de participação reduzida das mulheres, o que suscita diversos tipos de abordagem que buscam compreender as causas, com o intuito de que se modifiquem esses números.

Num primeiro caso, a formalização quantitativa não passa de auxiliar, claramente submetida aos interesses históricos expressos em outro lugar e numa linguagem própria. Seu objetivo pode então ser duplo: seja o de fornecer respostas (em termos, muitas vezes, de invalidação de hipóteses) para perguntas motivadas por uma problemática histórica ampla, a única capaz de dar um sentido a resultados quantitativos que não podem por si só adquirir uma significação; seja o de autorizar a formulação de perguntas ou a emergência de problemas que não seria possível estabelecer ou basificar-se fora da linguagem cifrada. (GRENIER, 1998, p. 186)

¹⁵ Serão consideradas as vereadoras eleitas, não contemplando aquelas que vieram a assumir a partir da suplência.

Um dos aspectos apontados por Grenier, com relação à diminuição do uso de dados quantitativos pelo historiador, é a individualização dos processos de coleta e elaboração dos dados, devido à mudança de organização dos centros de pesquisa, que se tornaram, segundo o autor, menos hierarquizados. Os dados a serem aqui trabalhados, por exemplo, não estavam disponíveis metodologicamente; foi necessário o desenvolvimento de uma metodologia que permitisse reuni-los considerando o acervo disponível. A utilização histórica para essas fontes quantitativas se dá tanto no intuito de responder a questões que tomam significado para os objetivos da pesquisa, como as mudanças no número de mulheres eleitas após o período da redemocratização – em uma leitura que perceba avanços e/ou permanências – quanto na oportunização de novas indagações a partir dos próprios dados e com base em outros trabalhos desenvolvidos sobre o tema. A partir do estudo de referência da bibliografia utilizada, algumas evidências já foram sendo percebidas na própria construção do acervo.

A nível de exemplo, uma possível diferença entre cidades com maior ou menor população, no que diz respeito à eleição de mulheres para cargos de comando, pode relacionar-se ao patriarcalismo que marca a história da política brasileira (BIROLI, 2018).¹⁶ É possível, portanto, com o uso de dados quantitativos, identificar e apontar hipóteses – ao que, por se tratar de um trabalho de conclusão de curso, nos limitaremos a propor.

1.4.3 Análise dos dados

Além do marco da redemocratização como momento de grandes avanços e conquistas dos movimentos de mulheres, com o questionamento de se haveria uma continuidade ou resultado desse envolvimento no que diz respeito à ocupação de cargos do poder institucional, as cotas por sexo criadas cerca uma década depois são outra referência importante à análise.

Em 1995, a Lei 9.100/95 instituiu que um mínimo de 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidatas mulheres, representando um passo a mais na luta das mulheres por inclusão participativa (SOARES, 2016). A lei, que tratou especificamente das eleições municipais a serem realizadas em 1996, ao mesmo tempo em que estabeleceu essa porcentagem, permite que o número de candidaturas poderá ser até 120% do total de cadeiras a preencher. Ou seja, continuou assegurado que 100% das candidaturas poderia ser para candidatos homens, sem que as vagas reservadas para mulheres diminuíssem qualquer

¹⁶ Essa hipótese será desenvolvida ao longo do capítulo.

participação masculina. É evidente que, para que tenhamos uma igualdade participativa, não é possível aumentar o número de cadeiras a serem ocupadas; é necessário que muitos percam o posto para abrir espaço.

A política de cotas passou por algumas modificações. Atualmente, o percentual mínimo é assegurado pela Lei 9.504/97, que instituiu o preenchimento mínimo de 30% e máximo de 70% das vagas para candidaturas de cada sexo. Diferentemente da primeira lei, não há menção direta às mulheres. De forma popular, porém, atribuímos à lei o sentido de reserva de vagas para mulheres, como parte de ações afirmativas que visam corrigir o monopólio da representação masculina (AVELAR, 2001, p. 78 e 79).

Soares (2016) chama atenção para a mudança na lei vigente que, em seu texto original, previa a “reserva” das vagas. Em 2009, a partir da Lei 12.034/09, passou de “reservará” para “preencherá”, atribuindo um caráter imperativo ao preenchimento da cota. Em seu estudo sobre o efeito da lei de cotas, tomando como base as eleições de 1996 e 2016 para Câmara de Vereadores de Porto Alegre, observa o fato de a lei ter sido mais efetiva quando interpretada de forma impositiva e determinando penitências aos partidos que não a cumprissem, revelando que é necessário muito mais para que as práticas enraizadas nos partidos e a resistência pela manutenção do que é hegemônico, nas relações políticas de todos os graus, sejam superadas.

Uma reflexão sobre a necessidade de uma política de cotas, considerando a aceitação do eleitorado a candidaturas femininas e, em determinados casos e contextos, há até preferência¹⁷, “o problema está no formato institucional, pois, como traz Alves (2012), as instituições são controladas por homens, apropriados de recursos financeiros e com poder de escolha de candidatos, com isso mantendo o poder” (SOARES, 2016, p. 80). Cabe ressaltar, entretanto, que mesmo quando há uma “preferência”, o fato de ser mulher está sempre influenciando nessa decisão¹⁸. Ademais, a baixa efetividade das cotas pode ser atribuída à

¹⁷ Em levantamento pelo Instituto Vox Populi no ano 2000, o resultado de que a maioria da população tenderia a confiar mais nas mulheres do que nos homens foi surpreendente. Avelar observa, porém, o contexto de desilusão com a política, o que tende a levar que a população tenha preferência por figuras não tão vinculadas com o exercício político e práticas de corrupção conhecidas (no caso das mulheres, a menor vinculação se dá claramente por uma menor presença nos cargos de poder). (AVELAR, 2001, P. 74)

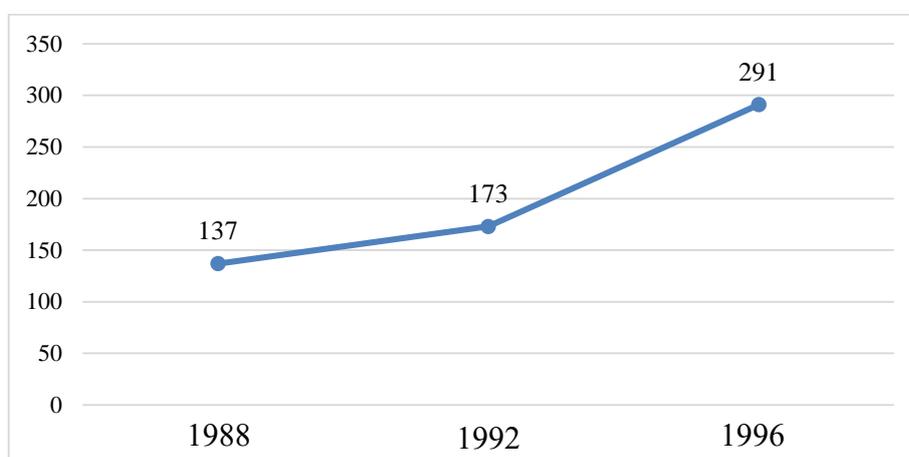
¹⁸ “A posição da mulher em situação de liderança é sempre uma posição marcada, isto é, sempre o fato de ser mulher vai contar contra ou a favor no julgamento de sua atuação, o que dificilmente acontece com os homens: nunca se coloca entre as críticas a um ministro de Estado o fato de ele ser homem, o que facilmente acontece no caso de o ministro ser uma mulher. Outra razão para as dificuldades” (PINTO, 2001, p. 103)

dimensão cultural, no que diz respeito às normas sociais e discriminação de gênero, o que afeta em muito a busca por uma maior representatividade:

Como referem Nélide Archenti e Maria Inês Tula (2008:15), a presença de traços patriarcais na cultura política latino-americana e a sua predominância em relação à identidade de gênero “incidem negativamente na efetividade das cotas para mulheres na política. (PRÁ, 2014, p. 189)

As mulheres que têm longa história de luta nos partidos relatam enormes dificuldades da convivência preconceituosa com os seus parceiros e sabem que a introdução das cotas não significa garantia de uma real mudança no campo dos valores, (AVELAR, 2001, p. 38)

Figura 1 - Comparativo do número de municípios com mulheres eleitas por ano (1988 - 1996)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (www.tre-rs.jus.br);

A política local é considerada, por pesquisadoras do tema, como apresentando uma maior facilidade para as candidaturas femininas. Considerando os legislativos municipais a partir de 1992, Avelar (2001, p. 69) observa que o crescimento das candidaturas femininas aos cargos municipais é evidente; “na política local é mais fácil *conciliar*, um verbo crucial na vida de quase todas as mulheres. E, no caso, trata-se de conciliar vida profissional, vida familiar e vida política, três universos altamente envolventes e de múltiplas demandas”. A família e a vida doméstica constituem umas das questões fundamentais na relação da mulher com a política – no que diz respeito à participação e aos obstáculos postos a ela.

O aspecto da conciliação pode explicar tanto um possível incremento na participação, como também uma manutenção da dominância e dos valores patriarcais no âmbito local. Isso

não significa, é importante dizer, que esteja determinado o caráter da participação feminina na política brasileira – do contrário: essas questões são colocadas para que se tenha previamente uma dimensão ou um contexto ao realizar as análises dos dados. O fato de as mulheres terem a possibilidade de *conciliar*, estando perto de suas famílias – o que não ocorre nos casos do Congresso Nacional e muitas vezes das Câmaras Municipais, além dos outros cargos – portanto favorece as candidaturas locais.

O espaço de poder da política local, de acordo com Pinto (2014), é onde aparece o maior número de eleitas, sendo o contrário do legislativo federal onde o número é muito baixo. Sob essa perspectiva, a política estadual apareceria como um meio termo, tendo menos mulheres do que o local e elegendo mais representantes do que a Câmara Federal.

Tabela 1 - O número total de municípios e o número e municípios com mulheres eleitas por ano (1988 - 1996)

Ano/Nº de Municípios	1998	1992	1996
Nº total de municípios	333	427	467
Nº de municípios com vereadoras eleitas	137	173	291

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (www.tre-rs.jus.br)

O número de municípios que elegeram alguma mulher para a Câmara, em 1992, foi 26% maior que em 1988. Entretanto, levando em consideração as emancipações e a criação de novos municípios no mesmo período, resultando em um aumento destes, a proporção permaneceu praticamente a mesma, em torno dos 40%. Nesse sentido, há uma mudança significativa apenas em 1996, quando o número total de vereadoras eleitas nos municípios do estado mais do que dobrou em comparação ao pleito anterior e mais da metade dos municípios tiveram mulheres eleitas, passando os 62%.

Ainda que os cargos municipais possibilitem uma presença física, não configurando em uma barreira no concerne à distância geográfica, a família e o casamento permanecem como empecilho para o envolvimento político feminino. A inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho e, portanto, sua maior presença no âmbito público, pouco mudou na concepção do espaço privado: a responsabilidade do cuidado com a casa é direcionada às

mulheres. Portanto, ao passo que o homem geralmente conta com uma parceira que administra as tarefas domésticas, sem considerar que esta também tenha uma profissão,

“com as mulheres não acontece assim, pois elas estão no trabalho com o pensamento nas atividades que precisam cumprir em casa. Ou seja, elas precisam estar inteiras em casa e inteiras no trabalho. As mulheres não contam com uma primeira-dama.” (BARCELLOS; GEHLEN, 2016, p. 25)

Ainda com relação ao aspecto da família, na Bahia e em alguns municípios do nordeste, por exemplo, o estudo de Costa (1998) revela que em municípios pequenos e médios, nos quais as relações de poder estão mais sob controle das oligarquias, o número de mulheres eleitas é maior do que nos municípios grandes. Nesses casos, ainda, são os partidos maiores e mais conservadores que elegem o maior número de mulheres, o que pode ser entendido como a persistência dos compromissos familiares e acordos domésticos (AVELAR, 2001, p. 67). Esse é um exemplo pertinente para pensarmos as especificidades do poder local e as influências possíveis à maior ou menor presença de mulheres, considerando também quais forças políticas essas presenças representam.

Acreditamos na necessidade de aumentar a representação feminina, o que independe das posições políticas adotadas. Entretanto, é preciso considerar a influência negativa da estrutura tradicional, que condiciona a mulher às relações familiares. Se em determinadas localidades, em que permanece a dominação de um sistema oligárquico, há uma maior representação feminina, esta não representa mudanças em termos de valores. A estrutura da família patriarcal e a corroboração do caráter patrimonialista do Estado a essa estrutura é uma das bases para uma baixa participação política das mulheres. Nesse caso, a maior presença feminina nesses âmbitos não necessariamente reflete em uma perspectiva também para os outros poderes. Se o que explica a maior quantidade de representantes a nível de determinado espaço de poder é justa e paradoxalmente a manutenção de estruturas e normas que sustentam bases excludente, a atuação política dessas sujeitas chegando a esses cargos, por outro lado, deve compreender uma maior complexidade.

Enquanto nos “centros” há uma tendência à crise da família patriarcal, onde essa estrutura tradicional perde força e abre espaço para que as mulheres construam novas identidades, “liberando-se, assim, de estruturas de constrangimento social e político” (AVELAR, 2001, p. 70) e conquistando espaço na esfera político-partidária, o “interior” ainda é distante dessas mudanças. Esses aspectos têm variação de estado para estado, assim como a presença das mulheres em cargos políticos também varia. É preciso considerar, além disso, os

fatores relacionados à capacidade de perpetuação no poder que desenvolvem as elites tradicionais ao longo dos processos.

“Conforme vínhamos indicando, é diversa a situação em cada estado, no que tange ao crédito e confiança na atuação política das mulheres, à estrutura dos preconceitos, à possibilidade de angariar recursos para as dispendiosas campanhas eleitorais (ALCÂNTRA COSTA, 1998). E, ainda, as relações de natureza clientelística, a estrutura oligárquica da política partidária, com famílias dominando os vários cargos públicos, são eficazes na perpetuação da política tradicional no Brasil” (HARO-PIAN, 1986)”. (AVELAR, 2001, p. 65)

O estudo de Costa para o poder local no caso do nordeste é um interessante exemplo, portanto, enquanto perspectiva a ser considerada. Apenas a eleição de mulheres aos cargos políticos, ainda que signifique inegável avanço em termos de romper com uma absoluta exclusão nesse âmbito, pode não significar mudanças estruturais nas condições de dominância. Pode até mesmo fazer parte de um contexto de manutenção dessas dominâncias e dos valores patriarcais dessa sociedade, na medida que “as elites políticas formadas pelas famílias (...) convertem o município brasileiro em um espaço privado para o exercício de poder” (COSTA, 1998, p.13).

Tabela 2 - Municípios que elegeram prefeitas e número de habitantes (1988 - 1996)

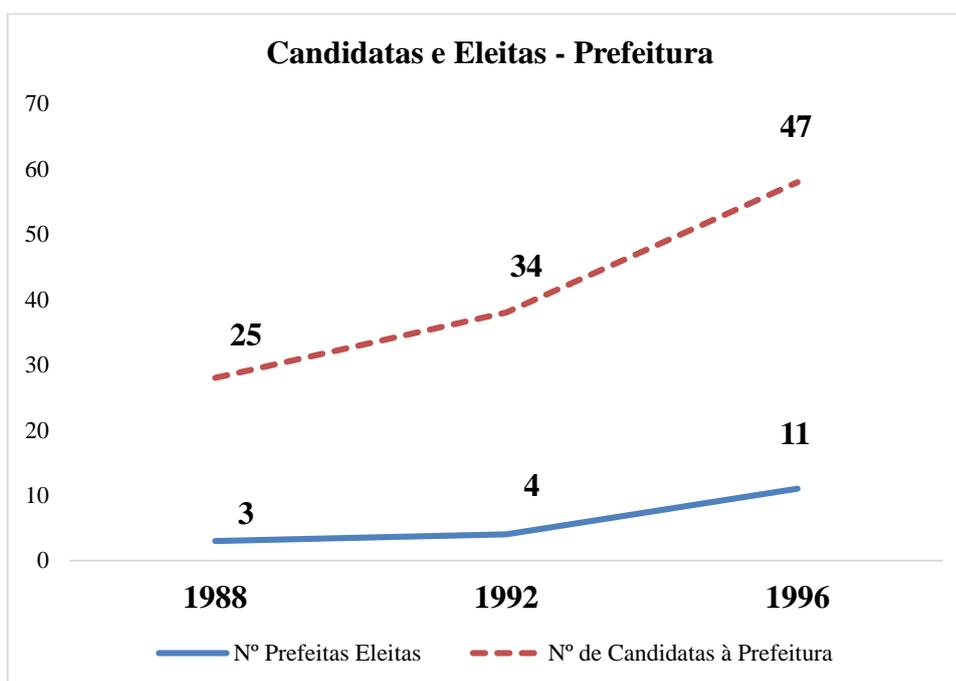
Municípios	Nº de Habitantes
1988	
SAPIRANGA	37.288
TUPANDI	...
VILA FLORES	...
1992	
MATO LEITÃO	27.755
MIRAGUAÍ	...
PARAÍ	5.999
SÃO JOÃO DO POLESINE	27.684
1996	
ALVORADA	8.889
BOSSOROCA	11.775
CERRO BRANCO	58.767
MONTENEGRO	...
NOVO MACHADO	49.099
SÃO MARTINHO	59.040
SÃO MARTINHO DA SERRA	7.352
SÃO VICENTE DO SUL	...
TRÊS PASSOS	25.024
TUPANCIRETÃ	40.761
VALE DO SOL	20.130

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

(www.tre-rs.jus.br)

No Rio Grande do Sul, a maioria das prefeitas atua em municípios pequenos em contingente populacional, afirma Barcellos (2015). Nos três pleitos indicados, todas as prefeitas eleitas o foram em municípios com menos de cem mil habitantes, portanto considerados pequenos, sendo a maioria com menos de cinquenta mil habitantes. Ana Alice Costa (1998) observa um maior número de mulheres eleitas nos municípios pequenos e médios, nos quais as “relações de poder permanecem sob o controle das oligarquias”. Ao contrário da região nordeste, em que a participação feminina na política é uma das maiores do país, a região sul apresentou, em estudo feito até 2012, a menor porcentagem de mulheres eleitas prefeitas por região do Brasil. As regiões norte e nordeste têm médias maiores do que as nacionais (BARCELLOS, 2015, p. 89).

Figura 2 - Comparativo do número de candidatas a prefeitas e o número de candidatas eleitas (1988 - 1996)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (www.tre-rs.jus.br).

Houve um pequeno aumento no número de candidaturas para o cargo de prefeita, bem como no número de eleitas, como é possível ver na Figura 2. De 1988 para 1992 houve um aumento de 36% no número de candidaturas, apesar do número de eleitas ter permanecido praticamente o mesmo, indo de 3 para 4. Já na eleição de 1996, o número de prefeitas eleitas passou para 11, um aumento de 175%.

Tabela 3 – Candidaturas e prefeitas eleitas nos municípios (1988 – 1996)

Ano	1988	1992	1996
Nº Prefeitas Eleitas	3	4	11
Nº de Candidatas à Prefeitura	25	34	47
Nº de Municípios	333	427	467

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (www.tre-rs.jus.br).

Em 1998 as mulheres foram eleitas prefeitas em 0,9% dos municípios do Rio Grande do Sul. Graças ao aumento no número de municípios no Estado, mesmo tendo uma prefeita a mais, o percentual de prefeitas eleitas pelo número de municípios se manteve inalterado após a eleição de 1992.

Tabela 4 – Comparativo no número de mulheres candidatas e eleitas ao cargo de vereadoras no RS (1988 – 1996)

Ano	1988	1992	1996
Nº de municípios no RS	333	427	467
Nº de municípios com mulheres eleitas	137	173	291
Porcentagem de municípios com mulheres eleitas	41,1%	40,5%	62,3%
Mulheres eleitas	168	217	439

Fonte: Autoria própria. Foram utilizados dados do TRE-RS.

No caso das vereadoras, em 1992 houve um aumento no número de cadeiras ocupadas, bem como no número de municípios que elegeram alguma vereadora, em comparação a 1988. Entretanto, levando em consideração as emancipações e a criação de novos municípios no mesmo período, a proporção de cidades que elegeram mulheres para suas Câmaras permaneceu praticamente a mesma, em torno dos 40%. Nesse sentido, há mudança significativa apenas em 1996, quando o número total de vereadoras eleitas nos municípios do estado mais do que dobrou em comparação ao pleito anterior e mais da metade dos municípios tiveram mulheres eleitas.

O cenário começa a ter uma mudança significativa a partir da eleição de 1996, quando há a recém implementada lei das cotas. O número de municípios que elegeram mulheres para o executivo foi de 0,9% dos dois pleitos anteriores para 2,4%. As candidaturas seguiram com um pequeno aumento. Já entre as vereadoras, tanto no estado do RS como em toda a região sul, o número de cadeiras ocupadas por mulheres foi maior que o dobro da eleição anterior. O número de municípios com representantes em suas Câmaras Municipais foi de 40,5% para 62,3%. Em

todo o Brasil, a pesquisa de PRÁ (2005) mostra um aumento de mais de 66% entre 1992 e 1996 nas eleições para vereadoras. Em termos de continuidade, porém, o impulso acabou ficando apenas em 1996, com um menor aumento em 2000 e 2004 e 2008, sem acréscimos no número de vereadoras eleitas (BARCELLOS; GEHLEN, 2016).

A garantia institucional do direito de voto e de participação nas esferas de poder (cotas e paridade) convive com elementos patriarcais na cultura política que, relacionados a *déficits* em sistemas políticos, eleitorais e partidários, incidem restritivamente no acesso das mulheres a cargos eletivos e à vida pública (CIDH, 2011). (PRÁ, 2014, p. 189)

É interessante observar que, apesar do elevado número de candidaturas, o PT só foi eleger uma prefeita em 1996. Ao menos em relação a 1988 e 1992, o fator partidário parece ter grande relevância na eleição das candidatas. O PFL, apresentando no máximo duas candidatas, elegeu prefeita nos três anos em questão. Seria necessário observar o número de candidatos eleitos por partido nessas eleições para confirmar essa relação, o que não cabe no espaço do presente trabalho, mas consideramos válido apontar tais indícios. Cabe ressaltar, em concordância com as candidaturas, que “o PT é o partido com maior proporção de mulheres [na cúpula], (...) seguido pelo PDT” (SANTANO; BERTOLINI, RADOMSKI, 2015). O PDT também elegeu candidatas nos três pleitos, apresentando um maior número de candidaturas do que o PFL.

2. Trajetórias na Câmara Municipal de Porto Alegre (1982 – 2016)

*A mulher não é apenas objeto do problema,
ela é também sujeito da transformação.*

Elaine Harzheim Macedo

2.1. Gênero e trajetória política

Nas últimas três décadas, as mulheres ascenderam em uma tomada dos espaços públicos, postos de trabalho e, também, em cargos políticos. Já observamos, no capítulo anterior, como, apesar de integrar boa parte do mercado de trabalho e até mesmo estar em maior número nas universidades, as transformações desejadas em um sentido de equidade para os sexos na esfera política não acompanham esses números. Tais mudanças, na perspectiva de Pinto (1994), representam um novo campo de forças, a partir de uma ruptura com a noção do sujeito homem como sujeito universal. Nesse sentido, o

reconhecimento das formas de opressão e uma identificação coletiva trariam à tona o sujeito mulher, deslocando o *masculino universal* para sujeito homem em oposição a essa mulher.¹⁹

A passagem da era autoritária e a atuação de novas forças políticas durante o processo de retomada democrática no país, de fato, foi o contexto a partir do qual as mulheres passaram representar forças atuantes nos novos movimentos sociais²⁰ e desenvolvendo-se para os partidos políticos – os quais operam como principal meio de acesso à política institucional.

A proliferação de movimentos sociais e agremiações de tal natureza proporcionou às mulheres outra estrutura de oportunidades políticas, aumentando, em muito, a sua presença tanto na política *ad hoc* como nos canais formais de acesso ao poder. (AVELAR, 2001, p. 51)

Retomando esse contexto, neste capítulo faremos uma breve consideração dessa nova estrutura de oportunidades e de como ela se dá na cidade de Porto Alegre. O foco principal do capítulo será a abordagem em torno das trajetórias de quatro vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de 1980 até 2016. Por se tratar de uma análise envolvendo apenas uma cidade, diferentemente da realizada no primeiro capítulo, optamos por um maior recorte temporal. Realizamos quatro estudos de caso buscando refletir sobre as trajetórias políticas dessas mulheres, identificando os diferentes lugares a partir dos quais elas inseriram-se na política, bem como as diferentes estratégias de inserção adotadas por elas.²¹

São consideradas circunstâncias historicamente construídas, suas permanências, continuidades e discontinuidades, além da importância de destacar a história dessas mulheres enquanto sujeitas ativas nos processos políticos. Trata-se de uma análise com caráter exploratório, considerando que em um trabalho de conclusão de curso não seria possível realizar um estudo de maior fôlego sobre a trajetória política das quatro mulheres

¹⁹ "(...) a ruptura do sujeito homem como sujeito universal se dá pela constituição do sujeito mulher enquanto positividade distinta do feminino como determinação biológica". (PINTO, 1994, p. 195)

²⁰ Os novos movimentos feministas pelo mundo datam dos anos 1970. No Brasil, em um contexto de regime ditatorial, o feminismo “se forja nas militantes de movimentos clandestinos torturadas sexualmente nas prisões da ditadura; na luta pela anistia; nos movimentos contra a violência do estado contra o corpo da mulher, principalmente da mulher pobre esterilizada aos milhões pelo país; na luta por igualdades legais; na luta pela democracia; contra a pobreza; a favor da mulher sem-terra etc.” (PINTO, 1994, p. 196)

²¹ Tratando-se de um trabalho de conclusão de curso, a pesquisa não contemplou aspectos dos percursos das trajetórias enquanto vereadoras, especificamente, portanto não discorremos em torno das pautas defendidas ou projetos apresentados. Apesar disso, o envolvimento com projetos relacionados aos direitos das mulheres aparece como uma questão pertinente e comum de se investigar melhor.

escolhidas. Contudo, acreditamos que esse enfoque qualitativo, mesmo que incipiente, é importante para tentar observar aspectos que os dados estatísticos não mostram. Especialmente no que diz respeito às formas como as mulheres ingressam no espaço da política, como elas conseguem (ou não) uma visibilidade para seus mandatos. Em síntese, a pergunta que norteia este capítulo é: como o gênero incidiu na trajetória política dessas quatro mulheres?

As trajetórias falam da diversidade, em contraponto ao homogêneo, do que entendemos como o sujeito mulher. Falam também sobre as experiências comuns do *ser mulher* em um espaço estruturalmente patriarcal em seu sistema, seu funcionamento, suas regras. Essas experiências comuns são latentes em um âmbito que se constitui como masculino; público, de tomada de decisão e, portanto, de poder. A perspectiva de ser um espaço de poder já expõe as dificuldades na medida em que, para que determinados grupos passem a ser representados, os grupos hegemônicos devem ceder (ou perder) lugar. Comentamos no primeiro capítulo sobre as transformações políticas e sociais se darem muito mais lentamente do que as mudanças econômicas, pois envolvem estruturas de poder e hierarquias enraizadas social e culturalmente. Segundo Avelar (2001, p. 12),

Os instrumentos potenciais para a igualdade política, por exemplo, não se difundiram de modo semelhante nos diferentes países do mundo, *os grupos da elite do poder sempre sabendo como trabalhar as novas forças políticas de modo que não abalassem nem seu poder nem sua legitimidade*. Os arranjos ocorreram das mais diversas formas, desde alianças da elite com os segmentos em ascensão até a amplificação do sufrágio oferecida e tutelada pelos governos conservadores. (grifos nossos)

A construção de uma análise considerando a exclusão política das mulheres como uma exclusão histórica, construída com bases no próprio pensamento liberal e democrático, faz-se necessária para a compreensão do cenário que estudamos²². Mas, para além disso, consideramos a importância da agência das mulheres nos processos históricos, não enquanto indivíduos passivos frente às desigualdades e barreiras, tampouco como um grupo homogêneo – atentando, por outro lado, à diversidade, além do reconhecimento às semelhanças.

Em outras palavras, há diferença entre lidar com as formas de *silenciamento* que constituem o ambiente político e definem suas fronteiras e presumir algum

²² Biroli (2018) sugere pensar em termos de *presença reduzida*, em lugar de *exclusão*. Pensamos a exclusão como significativo não de um resultado prático - a atuação das mulheres existe nos diferentes espaços e em contextos históricos diversos - mas na concepção de um modelo democrático dominante que renova estruturas mantendo práticas *excludentes*.

tipo de *silêncio*, como se as vozes contestatórias não fizessem parte do espaço público. (BIROLI, 2018, p. 175)

Antes mesmo de o voto ser permitido às mulheres brasileiras, com o Código Eleitoral de 1932 instituído pelo então presidente Getúlio Vargas, a participação feminina não permaneceu totalmente calada. Isabel de Souza Mattos obteve seu título eleitoral em 1887, na província do Rio Grande (MARQUES, 2018, p. 57). Em 1928, Alzira Soriano foi a primeira mulher eleita prefeita em toda a América Latina²³. As trajetórias dessas mulheres e de todas as consideradas “pioneiras”, a partir da abordagem proposta por Pinto (2017, p. 461), não cabem ser tratadas enquanto excepcionalidades, mas como exemplo de “pessoas que caminharam na via inversa, em um território no qual a exclusão era naturalizada pela sociedade, que inclusive lhe atribuía valores positivos”.

A referência ao trabalho da cientista política Céli Pinto tem grande importância para a presente pesquisa, representando o que também acreditamos enquanto abordagem questionadora dos silêncios da história. A pretensão do seu trabalho, assim como do nosso, corresponde a

(...) trazer à tona a vida de um grupo de mulheres que se embrenhou pela política naquele período, mostrar sua diversidade – e não excepcionalidade –, dar visibilidade histórica a elas em meio à tendência de nossa sociedade de tornar invisível a presença das mulheres em determinados espaços públicos e assim naturalizar a sua ausência. (PINTO, 2017, p. 488)

No artigo em questão, Pinto examina as trajetórias de vida de doze mulheres que estiveram na vida política nos anos 1950 – período de redemocratização, pós Estado Novo – nos cargos de deputadas federais e estaduais, e que mantiveram carreira política.

Selecionamos quatro trajetórias buscando contemplar casos que representassem diferentes formas de ingresso, sendo algumas delas fortemente vinculadas aos movimentos sociais e comunitários, vidas políticas desenvolvidas em torno de grupos, ONGs e liderança comunitária, assim como outras que tiveram uma maior centralidade aos espaços institucionais. Além disso, são mulheres inseridas em contextos diversos, marcados pelas diferenças das décadas, do tempo, dos partidos. Tratar de mulheres com participação política institucional, pois utilizamos como recorte os resultados eleitorais, não significa desconsiderar a atuação das mulheres no cenário político das diferentes formas como é possível se dar. Pinto (2003) aponta para uma institucionalização da

²³ Alzira foi eleita prefeita da cidade de Lajes, no Rio Grande do Norte, utilizando da legislação estadual. Assumiu o cargo em 1929.

agenda feminista dos anos 1980 enquanto indicativo de uma participação efetiva no espaço político. Entretanto, o reconhecimento desses diferentes canais muitas vezes não acontece.

Desse modo, assim como a cidadania universal é verdadeiramente um mito, também o ativismo e a participação igual para todos também o são. Na prática e na teoria, participação refere-se àquela do mundo masculino, de classe média alta, da população branca. *Esta é a razão pela qual muitas formas de envolvimento político em que há predominância de mulheres não são vistas como formas de participação.* (AVELAR, 2001, p. 48) (grifo nosso)

É interessante observar que há esforços para que, mesmo com a inserção das mulheres em determinados espaços como a política institucional – a partir do momento em que o voto e a elegibilidade são permitidos –, esses espaços permaneçam masculinizados. O Plenário do Senado, por exemplo, só foi ter banheiro feminino²⁴ em 2016, 55 anos depois de ser inaugurado. Uma vez que à mulher é permitido o acesso a espaços antes exclusivamente masculinos, não se observam esforços direcionados a uma (re)construção de espaço que as contemple; são as mulheres, as crianças, as pessoas trans que devem submeter-se aos moldes socialmente associados ao masculino, seja de comportamento, aparência ou práticas e estilo de vida²⁵.

O conceito de “campo político” permite entender que as estruturas induzem comportamentos que viabilizam sua reprodução. Isso não significa que a mudança não é possível, mas que ela não se esgota no ingresso de grupos antes excluídos em espaços sociais já estruturados. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 673)

²⁴ Atualmente há discussões e desconstruções acerca do binarismo representado pelas aferições de banheiro separado entre masculino e feminino e este trabalho não tem o intuito de desconsiderá-las; o exemplo é utilizado por se tratar de algo comum em espaços mistos, portanto representando a manutenção daquele espaço como destinado a um só sexo.

²⁵ Em 2014, a deputada estadual Ana Afonso teve de reivindicar o direito de licença maternidade, sem que houvesse afastamento do mandato, levando a filha recém-nascida ao Plenário. Ela aguardava a aprovação da proposta encaminhada pela bancada do PT para igualar a licença maternidade à licença saúde, pois até então para usufruir da licença maternidade era necessário renunciar ao mandato, sendo substituída por um suplente e tendo seu gabinete destituído. A partir de então, o direito de 120 dias de licença maternidade é plenamente garantido no regimento. Outro episódio que ressalta a falta de adequação do espaço às necessidades das mulheres é o caso da deputada Manuela d'Ávila, cuja foto amamentando a filha em Plenário correu o mundo e sofreu críticas. O comentário da parlamentar sobre a repercussão da foto destacou que o que chama atenção na foto, na sua opinião, é a representação de mulheres e crianças em espaço de poder; espaço que não suporta o que se diferencia do masculino.

Ainda a nível de exemplo, ao discorrer sobre as mulheres no campo da literatura, Duby e Perrot trazem a reflexão de como os campos permitidos às mulheres o são desde que haja uma certa restrição a ocupar um lugar secundário, onde devem manter-se limitadas. Em termos de transformações e permanências, identificamos a mesma concepção de Birolí ao afirmar que a posição desvantajosa das mulheres é modificada, porém atualizada. Ainda que não sejam mais barradas na esfera pública, ainda assim há mecanismos no sentido de colocar as mulheres em lugar de subordinação nesses espaços (BIROLI, 2018, p. 31).

Em pesquisa com mulheres no poder local do Rio Grande do Sul, Olinda Barcellos aponta

Os homens políticos adoram fazer reuniões depois do horário de trabalho. Isso é um problema para mulheres políticas, pois além das reuniões serem longas, ainda alguns homens políticos se reúnem em um bar e lá fecham os acordos. Ou seja, os homens se reúnem pós o trabalho e continuam a conversar sobre política, as mulheres não conseguem fazer isso, pois tem a família esperando por elas. Para o participante homem entrevistado, é uma briga desigual, pois o ambiente político é machista, o homem vive a política 24 horas, a mulher não consegue e, em muitos casos, o marido não quer que ela seja política. (BARCELLOS, 2015, p. 25)

O trecho acima diz respeito especificamente ao contexto do poder local em municípios do Rio Grande do Sul. A centralidade da questão do trabalho doméstico exercido majoritariamente por mulheres em termos de impacto nas possibilidades de inserção na esfera pública está relacionada principalmente com o problema de *tempo*, mas não apenas. O trabalho doméstico não remunerado restringe a mulher quanto ao tempo livre, acesso a recursos materiais e redes de contato (BIROLI, 2018, p. 44), o que fica evidenciado no exemplo posto acima, considerando o funcionamento de relações e alianças políticas que vão além do horário de trabalho. Esses espaços informais são também hostis à presença feminina; acrescentando aqui o aspecto do preconceito e dos julgamentos morais.

Uma das dificuldades está em *julgamentos e pressões sociais*, na maior dificuldade para conciliar relacionamentos e vida familiar com atuação política. Isso ocorre porque o trabalho político exige uma rotina que contrasta com as expectativas correntes de cuidado dos filhos e responsabilidade cotidiana pela vida doméstica. (BIROLI, 2018, p. 47-48)

Para o estudo, as fontes disponíveis não serão as mesmas para cada uma das mulheres; será possível analisar atas com pronunciamentos em plenário, opiniões ou notícias na imprensa, publicações bibliográficas etc. O trabalho não buscará construir biografias detalhadas de cada uma, tanto por uma questão de impossibilidade metodológica e tempo,

quanto pelo objetivo principal da pesquisa. Pretende-se, portanto, não fazer uma biografia de cada vereadora, mas analisar as condições em que, enquanto mulheres no âmbito da política, desenvolveram suas trajetórias, procurando identificar meios e estratégias, a partir do lugar de cada uma, para sua atuação. O objetivo é buscar, nessa diversidade de documentos, a historicidade da construção política dessas mulheres.

Ao falar de trajetórias, observamos que os eventos biográficos não se passam de forma coesa e linear, como se conectassem e correspondem a uma determinada narrativa de um todo coerente. Essa narrativa, na realidade, que forma uma cadeia de inter-relações entre os eventos, é construída pela pesquisadora (MONTAGNER, 2007). Partimos de uma perspectiva de que as trajetórias devem ser compreendidas como maneiras singulares de percorrer o espaço social. Dessa forma, a trajetória seria o “movimento dentro de um campo de possíveis definido estruturalmente, mesmo que as estratégias e os movimentos individuais sejam ao acaso” (p. 255). Ou seja, compreendemos o sujeito que, com as suas singularidades, tem seus traços e ações marcados social e historicamente.

2.2 Terezinha Gisela Irigaray²⁶

O primeiro caso que estudaremos diz respeito à vida política de Terezinha Gisela Irigaray, que iniciou seu caminho na política institucional ocupando, primeiramente, o cargo de deputada federal, para posteriormente vir a compor a Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Terezinha Irigaray é destacada, no trabalho de Sonia Sebenelo (2009)²⁷, como caso pertinente de estudo no que tange à inserção na política – o que coincidiu positivamente com a nossa pesquisa. Sereno Chaise era prefeito da cidade de Porto Alegre quando teve seu mandato cassado após o golpe militar de 1964. A partir de então, o nome de Terezinha Gisela Irigaray Chaise, então esposa do político, assumiu importância dentro do partido a que ele pertencia, o MDB. Em depoimento concedido à autora, Terezinha afirmou que o nome de protesto dentro do partido passou a ser o seu. Eleita deputada estadual em 1966, sendo a mais votada do partido, com 51.462 votos (SEBENELO, 2009), foi a segunda mulher a chegar à Assembleia Legislativa (PINTO, 2014). Teve seu mandato e direitos políticos também cassados em 1969, com a instauração do Ato Institucional nº 5, o AI-5.

²⁶ Eleita vereadora Titular para a Legislatura 1983/1988, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

²⁷ O trabalho, inicialmente apresentado como dissertação de mestrado da autora, investiga a atuação das vereadoras de Porto Alegre desde 1947 até 2004.

De 1950 até a redemocratização, quatro mulheres estiveram presentes no legislativo brasileiro. Terezinha foi uma delas, por intermédio de uma mistura de laços familiares e resistência política. O período que limitou a participação política e em que as mulheres tiveram pouca presença foi o que ocasionou sua ascensão ao âmbito público. Após a cassação, a ex-deputada graduou-se em Direito envolveu-se com o movimento por anistia, ainda que relutante²⁸, e a partir da advocacia aproximou-se das questões sindicais e direitos das mulheres operárias (SEBENELO, 2009).

A candidatura para vereadora de Porto Alegre veio em 1982 – ainda sob governo militar, mas com a Lei da Anistia em vigência –, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), quando foi eleita junto de outras três mulheres: Bernardete Vidal, Jussara Cony e Gladis Mantelli. Terezinha tentou a reeleição, mas não conquistou a renovação do mandato. Em entrevista a Sebenelo, afirma que após separação do cônjuge, modificou seu nome parlamentar para Terezinha Irigaray, retirando o “Chaise”. Em sua visão, essa mudança contribuiu para a não reeleição. Tomando tal perspectiva, a ligação de parentesco como forma de ingresso na política seria determinante em sua trajetória, em um sentido de que ainda que a ex-deputada e vereadora tenha construído sua carreira na política, desenvolvendo uma agenda de acordo com seu próprio trabalho, o rompimento com o ex-marido e a mudança na representação de seu nome, em sua opinião, teve papel fundamental para não ser eleita novamente. Além do trabalho antecedente à sua candidatura a vereadora, durante o seu mandato chegou a assumir a Vice-Presidência da Câmara, em 1986, e ser designada para substituição como Vice-Líder da bancada do seu partido, em 1987, e indicada ao mesmo cargo para o ano seguinte. Também atuou como Vice-Presidente e integrante de algumas Comissões e licenciou-se do cargo para ser Secretária Municipal de Educação e Cultura em 1985. Assumiu, em substituição, a Presidência da Câmara.

O impacto possivelmente relacionado à mudança no nome que utilizava, remetendo a Chaise, considerando a trajetória política por ela desenvolvida individualmente, pode ser entendido como uma “representação do preconceito frente à

²⁸ Na publicação *À Sombra da Revolução: estórias de um cotidiano*, livro no qual relata através de crônicas episódios e experiências vividas entre 1964 a 1979, período de sobrevivência e exílio para muitos dos que tiveram seus direitos políticos cassados, Irigaray comenta sua resistência a incorporar o movimento pró-anistia, protagonizado pelas mulheres. Explica que a relutância em aceitar estava na crença de que, sendo inocente, não deveria ou não haveria por que ser anistiada. A falta de convicção no que viria a significar a anistia, a desconfiança de que fosse apenas uma maneira de suavizar ou acobertar as atrocidades cometidas pelo estado, contribuiu para esse sentimento. (IRIGARAY, 1999)

individualidade da mulher, passível de muito mais esforço de comprovação para legitimar-se” (SEBENELO, 2009, p. 140). Irigaray representa um dos muitos casos de políticas e políticos, independente do gênero, que tiveram sua entrada na esfera política a partir de influência, nome ou legado de família. Pensando rapidamente, identificamos mais referências de que esses legados viriam de pais, maridos, tios, avôs etc. Sem evidências para comprovação, lançamos o questionamento de quantos casos há em que a inserção do indivíduo na política parte do legado de uma mulher?²⁹

Em todo caso, Sebenelo coloca que, tomando como referência a bancada da Câmara Municipal de Porto Alegre em 2000, identifica uma menor presença da influência familiar na trajetória das mulheres eleitas, observando como sinal de que, “mesmo com a permanência de padrões de dominação ainda em jogo, as mulheres apresentam um nítido grau de individuação e autonomia, que vai modificando o processo de inserção na política” (SEBENELO, 2009, p. 140). Essa é uma leitura passível de maiores discussões. Sem que haja o intuito de negar a possibilidade de mudanças nesse sentido, a dominância de um legado que é sempre oriundo de uma figura masculina, por exemplo, expressa notória permanência. Parece haver mais complexidade em pensar quais formas de inserção denotam uma capacidade de transformação da dinâmica de funcionamento do campo político (BIROLI, 2010).

Entendemos, com importante referência do trabalho de Pinto (2017) no qual investiga as deputadas “pioneiras”, que fizeram carreira política durante anos 1950, que não há exatamente uma dualidade relacionada às formas de inserção do passado e do presente: grande parte dessas deputadas que tiveram suas trajetórias estudadas por Pinto chegou à política de forma autônoma. Há, de fato, mudanças marcantes de lá para cá, considerando a liberdade da mulher nos espaços públicos – de poder e de simples existência –, os direitos como cidadã, as exigências morais e os preconceitos. O uso da fala de Bourdieu por Sebenelo cabe bem nesse sentido, à medida que afirma que “a maior mudança está, sem dúvida, no fato de que a dominação masculina não se impõe mais como a evidência de algo que é indiscutível”.

²⁹ Como exemplo, temos a primeira mulher eleita prefeita no Brasil e na América Latina, Alzira Soriano. Há, hoje, familiar da mesma envolvido na esfera institucional da política, o que tomamos mais como uma referência histórica, por ser um vínculo geracional distante e se tratar de uma pioneira na história das mulheres na política.

As transformações e as continuidades podem ser compreendidas também como mudanças nas formas de dominação e continuidades nas formas de resistência. Alguns padrões de dominância permanecem e outros se modificam, assim como as formas de resistência, e isso se dá em uma relação *dialética*; as estruturas de poder são mantidas como estruturas, mas a partir da agência dos sujeitos que buscam modificá-las, obrigam-se à adequação e, assim, buscam-se novas formas de combatê-las. A trajetória de Terezinha revela mudanças significativas na condição das mulheres que ocupam cargos políticos. Em depoimento, afirma, a partir da sua experiência como deputada, o preconceito e a falta de confiança que transpareciam, tanto no exercício da Assembleia como dentro dos partidos políticos, à presença do elemento feminino nesses espaços (PINTO, 2014). Sendo até mesmo barrada diversas vezes na entrada de reuniões e apresentações de projetos quando deputada, em comparação à sua participação em comissões e direção no partido e na Câmara Municipal, percebemos diferenças decorrentes de décadas de ocupação.

O envolvimento com pautas direcionadas aos direitos das mulheres apareceu ao longo de sua carreira. Ingressando na Assembleia Legislativa do RS como símbolo de resistência ao regime que cassou o mandato do marido, Irigaray juntou-se a Suely de Oliveira, primeira deputada estadual eleita no estado 16 anos antes, em 1950, sendo reeleita cinco vezes (PINTO, 2014, p. 566). Pinto observa, a partir do depoimento de Irigaray³⁰, o desenvolvimento de uma certa *solidariedade de gênero* entre as duas, que enfrentavam dificuldades semelhantes para ter suas vozes escutadas no espaço de atuação. O engajamento de Irigaray com pautas feministas é evidenciado em alguns recortes de jornais reunidos no acervo do Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre.³¹ Entre as temáticas defendidas, estão a importância dos problemas econômicos na realidade das mulheres brasileiras e papéis ocupados na família, direitos das mulheres trabalhadoras, até a despenalização do aborto. A perspectiva de Terezinha sobre o último tema reflete debates presentes até hoje e representa uma das pautas mais importantes no que diz respeito ao controle e autonomia feminina sobre o próprio corpo.

³⁰ IRIGARAY, Terezinha. Depoimento. In: Divisão de Biblioteca e Memória Parlamentar (Coord.). Perfis parlamentares (v. 11) Suely de Oliveira. Perfil Biográfico. Depoimentos e discursos. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2007. p. 58-60.

³¹ Acervo em construção.

Além disso, o aspecto do privilégio econômico e social – principalmente de acesso – que permeia a realidade:

Vou lutar pela despenalização do aborto. Está no código como crime, mas na realidade, hoje constitui-se no privilégio de uma minoria e no massacre das mulheres desprotegidas, que morrem e sofrem na prática criminosa, e o governo não se responsabiliza. (ZERO HORA, POA, 31/1/1983, p. 13)

A exemplo do que ocorreria alguns anos depois com a união de uma bancada feminina entre as parlamentares constituintes, ainda durante a legislatura na Câmara, Irigaray trabalhou na construção de uma frente oposicionista feminina³². Observamos os reflexos da trajetória política de uma mulher que viveu uma mudança de décadas – em que as lutas travadas pela conquista de espaço foram atravessadas por transformações, assim como geraram essas mudanças em um sentido de abertura. Essas batalhas foram travadas não por uma inicial identificação com movimentos feministas; na prática do exercício dos mandatos e nos demais espaços de atuação que fizeram parte da sua trajetória, o caráter privilegiadamente masculino evidenciou-a enquanto *mulher*. O envolvimento de Terezinha Irigaray com as questões trabalhistas, principalmente das mulheres operárias, foi ponto importante de sua trajetória.

Já Terezinha Chaise afirmou que “nós fomos condicionadas a não participar da política e diziam que a política era feita para os homens, mas agora a política está nas mãos das mulheres. Porque os problemas econômicos, os aumentos refletem na dona de casa, na companheira que faz o orçamento”. (FOLHA DA TARDE, POA, 26/8/1982, p. 21)

2.3 Helena Gomes Bonumá³³

Há, na década de 2010, uma mudança com relação à eleição de vereadoras em Porto Alegre. A primeira vereadora eleita foi Dercy Furtado, que iniciou mandato cargo em 1973 e o cumpriu até 1975, quando foi assumir como deputada estadual (SEBENELO, 2009). Considerando a divisão por décadas, de 1970 até 2012, houve um contínuo aumento no número de eleitas, sendo a década atual a primeira a ter o número reduzido em comparação com a anterior. Há o detalhe de que apenas as do período de 2000 soma três legislaturas, enquanto as outras décadas tiveram duas – ainda assim, considerando apenas

³² A informação encontra-se no recorte de uma reportagem do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, sem informações de data ou página.

³³ Eleita vereadora Titular para as Legislaturas 1993/1996 e 2001/2004, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

as duas primeiras, permanece sendo a década com mais mulheres na esfera legislativa do município, com doze eleitas³⁴.

Já na comparação entre legislaturas, não é possível perceber a mesma continuidade em termos de números. Chama a atenção o pleito de 1988 – ano de promulgação da Carta Constitucional fruto do processo da Constituinte, com forte envolvimento social e das organizações políticas – por ser o que menos elegeu mulheres: apenas *uma*, sendo nenhuma reeleita pelo mandato anterior. O ano de 2004 foi o que podemos chamar de *fora da curva*. As primeiras eleições municipais ocorridas após a ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência do país, com Luiz Inácio Lula da Silva, teve vereadoras assumindo como Titulares. O PT foi o partido que fez a maior bancada, sendo metade dela de vereadoras.

No primeiro capítulo, discorreremos sobre o fato de ser o partido que mais lançou candidaturas femininas para as prefeituras do estado no período que abordamos, até os anos 90. Não é possível afirmar aqui com propriedade a ligação direta entre o governo petista e a eleição que mais elegeu vereadoras em Porto Alegre, porém é seguro que, em diversos aspectos, é um partido que esteve na vanguarda da inclusão de candidaturas femininas. Além disso, um dos aspectos que, ao menos até 2015, diferenciava o PT dos outros partidos, diz respeito à eleição para cargos internos.

O Partido dos Trabalhadores (PT) tem em suas eleições de cargos internos a exigência de paridade de gênero (50% de mulheres e 50% de homens), na composição da Comissão Executiva que, por sua vez, deve ter a observância da representação de gênero no Setorial das Mulheres com direito a voz e voto, como também em outros setoriais do partido também com voz e voto. Há menção sobre o percentual da quota do fundo partidário (embora ocorra a repetição à lei já mencionada). (SANTANO; BERTOLINI; RADOMSKI, 2015)

Na prática, dados correspondentes ao ano 2000 evidenciam-no como o partido com maior número e com a maior porcentagem de mulheres membras dos Diretórios e Executivas Nacionais dos partidos, vindo logo atrás o PDT (AVELAR, 2001). As proposições igualitárias do partido têm como fator decisivo – e afirmamos com base na bibliografia estudada sobre movimentos feministas no mundo e principalmente a experiência dentro de partidos ou organizações de esquerda – a presença marcante de mulheres nas bases desde a sua constituição. O fato de um protagonismo também feminino na sua construção, supomos, não significa uma facilitação para essas agentes; significa, nessa leitura, um

³⁴ O quadro com as vereadoras eleitas em Porto Alegre entre 1980 e 2016 consta no ANEXO B.

espaço no qual puderam se impor apesar das dificuldades que representam os partidos de uma maneira geral, em termos estruturais, como discutimos anteriormente.

Helena Gomes Bonumá foi uma das militantes do PT desde a sua formação e, dois anos após a criação do partido, participou da criação da 1ª Comissão de Mulheres do PT (SEBENELO, 2009). Sua trajetória, como indicam as bases dos integrantes do partido, teve início no movimento estudantil e desenvolveu-se por meio da atuação em movimentos sociais – como ONGs e sindicatos, a exemplo da CUT-RS. Foi integrante da Direção Municipal do partido e Líder da Bancada do PT na Câmara de Vereadores. Helena Bonumá, assim como Terezinha Irigaray, tomou espaço no mundo político no período em que os direitos políticos eram restringidos pelo regime ditatorial. A partir disso, ambas se envolveram com a resistência e o enfrentamento ao regime, em diferentes formas de participação política. Terezinha, sendo esposa de um político já reconhecido em sua carreira e com importância dentro do partido, iniciou sua trajetória política como candidata, fazendo uma votação expressiva e construindo posteriormente suas próprias estratégias de contínua inserção em um âmbito ainda muito hostil à presença feminina. Após ter seus direitos cassados, buscou formação em uma universidade, utilizando do trabalho como advogada para envolver-se com as pautas dos direitos das mulheres trabalhadoras e, posteriormente, retornou à política institucional assumindo o cargo de vereadora.

Bonumá, ao contrário, teve seu caminho projetado dentro da universidade. Pode-se dizer que a ex-vereadora é fruto e é semente dos movimentos sociais organizados que cresciam durante os anos 1970 e tiveram seu *boom* nos anos 1980, período da retomada democrática. O movimento estudantil foi um dos principais pontos de enfrentamento à ditadura e, participante do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura (DAFA) e do antigo Diretório de Filosofia e Ciências Humanas e Sociais, foi nesses espaços que Bonumá iniciou sua militância política (SEBENELO, 2009).

Em 1979, participou da constituição de um dos primeiros grupos feministas do RS, o “Liberta”, que reunia mulheres universitárias. De 1980 a 1990, trabalhou em uma ONG, o GEA, com ações no interior do Estado junto a pequenos agricultores, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, mulheres trabalhadoras rurais, apoio à luta dos sem-terra e à organização da CUT/RS. (SEBENELO, 2009, p. 120)

Antes do primeiro mandato como vereadora de Porto Alegre – foram três exercícios, dois como vereadora eleita e um como suplente –, principalmente durante os anos 1980,

dedicou-se à participação ativa com a criação de grupos e movimentos de mulheres, na construção do Partido dos Trabalhadores, em ONGs e movimentos de trabalhadores rurais. A longa atuação política de Bonumá junto aos movimentos sociais integra de forma direta o feminismo às questões sociais; além de participar na criação da primeira Comissão de Mulheres do PT e fundar outros grupos de mulheres e feministas, foi integrante da primeira comissão de mulheres da CUT/RS, em 1986, momento de reorganização dos movimentos sindicais pós ditadura.

Trata-se de uma trajetória que tem em sua centralidade os movimentos sociais, cabendo colocar a experiência parlamentar como uma das fases de sua vida na política. Tendo iniciado na militância estudantil, ainda antes dos anos 1980, elegeu-se Vereadora Titular já aos 39 anos. Entre 1993 e 2004, dedicou-se ao trabalho como vereadora e foi também Secretária Municipal. Antes disso, atuou, entre outros, como coordenadora da *ONG³⁵ GEA – Formação e Assessoria Sindical* durante a década de 80, cargo que ocupa hoje na *OSCIP GUAYI - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público*, que tem origem a partir da GEA, dando continuidade ao trabalho junto aos direitos humanos e políticas públicas no sentido de um protagonismo popular.

O caminho trilhado por Bonumá tem origem nos movimentos estudantis e é evidente seu envolvimento em direção a uma política voltada aos direitos das mulheres desde o princípio, revelando o contexto do movimento estudantil e movimento feminista como espaços formativos para mulheres. A participação nesses movimentos pode funcionar como propulsor do ingresso de mulheres na arena política. No espaço dos movimentos estudantis, a necessidade de auto-organização das mulheres para inserir suas reivindicações e conquistar lugar já se faz presente. A militância aparece como meio possível de inserção da mulher na política, oferece a oportunidade de atuação e oferece também um panorama prático das dificuldades vinculadas à condição de mulher - seja ocupando cargos institucionais de poder, seja na política de “bases”. É possível pensar o quanto essas experiências, desde espaços da política não-institucional, marcam influência na agenda política dessas sujeitas. Os movimentos sociais, enquanto porta de entrada para a política institucional, influenciam na agenda política e na trajetória política e parlamentar?

³⁵ Organização Não Governamental.

2.4 Teresa Franco³⁶

As ausências são parte da história. Em dois termos: há a ausência de fato, como até 2010 quando não havíamos tido nenhuma mulher na presidência do país, e há a ausência da ausência no relato histórico, quando não falamos sobre isso. A ex-vereadora Teresa Franco, conhecida como *Nega Diaba*, foi a primeira e única mulher negra a tomar posse como Titular, ou seja, a única eleita nas urnas³⁷ para a Câmara de Porto Alegre. Seguindo o nosso intuito de escolher casos de vereadoras que trouxessem elementos que contribuíssem para o trabalho, em um sentido de explorar diferentes origens de trajetória política, Teresa Franco apareceu como um nome pertinente por representar as lideranças comunitárias. É preciso, entretanto, realizar uma discussão de como sexo, raça e classe estão interligados em toda a análise aqui proposta.

Teresa Franco não é um exemplo ao acaso. Mulher, negra, periférica. Longe do intuito fomentar estereótipos, a realidade da desigualdade racial no país – que aparece sempre associada às relações de classe e de gênero – apresenta-se. Dados relativos ao mercado de trabalho, quanto à ocupação dos cargos executivos em empresas e às diferenças salariais para cargos equivalentes, demonstram um alto nível de disparidade entre a população branca e a população negra e parda – que constitui metade da população brasileira. Os institutos de pesquisa revelam o abismo salarial entre homens e mulheres, a diferença no número de cargos executivos, assim como as jornadas de trabalho de muitas horas a mais com o trabalho doméstico. Nesses dados, as mulheres negras aparecem em maior desvantagem que os homens negros.³⁸ Já no aspecto educacional, o indicador das mulheres é maior que o dos homens para todas as raças; o número de mulheres brancas com ensino superior completo é 2,3 vezes o de mulheres negras ou pardas, sendo mais que o triplo com relação aos homens negros ou pardos, segundo dados

³⁶ Eleita vereadora Titular para a Legislatura 1997/2000, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

³⁷ Além de Teresa, Sônia Saraí Soares também ocupou uma cadeira na Câmara; assumiu a titularidade pelo PT durante a mesma legislatura, de 1997 a 2000. Em 2019, Karen Santos será a terceira negra vereadora de Porto Alegre, constituindo a bancada do PSOL e representando o movimento negro e pautas como a luta das mulheres, dos trabalhadores e pela educação. Santos assumirá a vaga substituindo a vereadora Fernanda Melchionna, que tomará posse como deputada federal pelo Rio Grande do Sul. Melchionna foi eleita em 2016 com a maior votação entre os candidatos.

³⁸ A exemplo, os dados da pesquisa do Instituto Ethos, em 2016, mostram que enquanto pessoas negras ocupam 6,3% dos cargos de gerente e 4,7% do quadro de executivos nas empresas analisadas no estudo, se considerado só mulheres negras, as porcentagens caem para 1,6% e 0,4%, respectivamente. Dados encontrado em OLIVEIRA, Tory. O grande desafio é ampliar a presença de mulheres negras nas empresas. CARTA CAPITAL, 12 nov. 2017. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/sociedade/o-grande-desafio-e-ampliar-a-presenca-de-mulheres-negras-nas-empresas>. Acesso em: 4 de nov. 2018.

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018.³⁹ É evidente, portanto, que as desigualdades refletidas no âmbito político vêm de diversos fatores sociais que mostram a estrutura de desigualdade racial sobre a qual se constitui a sociedade brasileira.

Temos, enfim, desigualdades que provocam ausências. A história das mulheres negras na elite política brasileira é uma história com poucas personagens, repleta de faltas – e é a partir dessas faltas que podemos compreender elementos que estruturam a história política brasileira. Ao pensar a construção do *sujeito universal*, entendemos que sua realização a partir da construção da diferença – sexual, racial – e que essa universalidade, de fato, representava o indivíduo homem, branco e (acrescento aqui) heterossexual. A ideia de indivíduo e de identidade foi concebida a partir da criação do “Outro”, ou “Outros”. Esses outros são as mulheres e as populações com identidades étnicas e raciais diversas da identidade branca, ou seja, *não-brancos*. Assim, define-se a mulher como o não-homem, singular, assim como o negro é um não-branco, diferente (CARDOSO, 2014). Segundo esses fundamentos que norteiam a produção ocidental, bem como as sociedades, Teresa Franco é o “Outro do Outro”; não é homem, não é branca. Ao escrever sobre a produção feminista de intelectuais negras, Collins observa o quanto suas experiências propiciam que estas façam um “uso criativo de sua marginalidade”, desenvolvendo análises a partir de um ponto de vista especial devido à sua posição. Essa posição, socialmente marginalizada, resultaria em formas específicas de viver e, portanto, ver a realidade. Assim, o que se concebe como “Outro do Outro” fica explanado:

O fator significativo que molda as visões mais nítidas de Truth e White quanto às suas próprias subordinações em comparação à visão de homens negros ou mulheres brancas é o fato de suas experiências ocorrerem na intersecção entre múltiplas estruturas de dominação. (...) ao contrário das mulheres brancas, elas não denotam qualquer ilusão de que sua brancura irá anular a condição de subordinação feminina e, ao contrário de homens negros, não podem jogar a carta duvidosa da masculinidade com o objetivo de neutralizar o estigma de ser negro. (COLLINS, 2016, p. 107)

As mulheres negras não usufruem, portanto, nem de um certo privilégio de gênero (como é o caso dos homens negros) e nem de raça (como as mulheres brancas), o que na leitura de Collins pode contribuir positivamente na produção de conhecimento. É possível acrescentar a importância dessa potencialidade estar representada na arena política, no desenvolvimento e execução de agendas políticas que contemplem realidades

³⁹ "IBGE: apenas 10% das mulheres negras completam o ensino superior". 7 mar. 2018. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/sociedade/ibge-apenas-10-das-mulheres-negras-completam-o-ensino-superior>. Acesso em: 4 de nov. 2018.

invisibilizadas nesses espaços. Buscamos uma história onde Teresa, mulher negra, é o “eu”. É sujeita. Quando a observamos como um sujeito histórico, indivíduo que tem uma história particular e se fez presente na história política brasileira, especialmente da cidade de Porto Alegre, Teresa Franco não é, e não deve ser, o “Outro” da história.

Dentre as quatro trajetórias que buscamos analisar, a de Franco é sobre a qual há o menor fontes (tanto documentais quanto bibliográficas) disponíveis. Relacionado ao que foi percorrido até aqui, acreditamos que mais essa ausência – a de registros – também não é por acaso. Sua importância na história do partido pelo qual foi eleita, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a reconhecida importância do seu trabalho para a comunidade e com as minorias⁴⁰, ser a primeira mulher negra eleita vereadora em Porto Alegre e o fato de sua legislatura ter ocorrido em um período relativamente recente, em termos de facilidade de informações, são aspectos que evidenciam um silenciamento.

Alguns discursos encontrados nos Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre revelam um pouco sobre a trajetória de vida da *Nega Diaba* antes da sua entrada no legislativo e muito sobre sua passagem por lá. Em 2012, o então vereador Luiz Braz propôs e realizou homenagem à Tereza Franco, afirmando a certeza pessoal de que a Câmara “jamais recebeu uma representante legítima das classes menos favorecidas”⁴¹ como foi a *Nega Diaba*. O ex-vereador foi seu colega de bancada e, logo no início do mandato, usou da sua fala em sessão para criticar opiniões emitidas sobre ela, as quais considerou preconceituosas, e apresentou uma Moção de Repúdio sobre alegações discriminatórias nas palavras que, segundo o vereador, a chamavam de “bruxa” e “macumbeira”. Acrescentamos tal ocorrido por remeter ao preconceito que marca a trajetória de uma mulher negra, de periferia, que trazia em seus trajes aspectos culturais raramente representados no espaço de poder em que ocupou⁴².

A sessão de 14 de março de 1997 coincidia com o aniversário de 60 anos de Franco, contando com parabenizações dos colegas em suas falas. A então vereadora

⁴⁰ Em 2002, um ano após o falecimento da ex-vereadora, foi sancionada a Lei 8.907/2002 que nomeou a Rua Tereza Franco, localizada no Bairro Rubem Berta.

⁴¹ “Zambiasi participa de homenagem à ex-vereadora Tereza Franco”, 21 jun. 2002. Disponível em: <www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdMateria/28048/language/pt-BR/Default.aspx>. Acesso em: 02 de nov 2018.

⁴² “É o caso da ex-vereadora Tereza Franco (PTB), falecida em 2001, que frequentava o plenário com trajes da cultura africana”. JORNAL DO COMÉRCIO, 3 mai. 2017. Disponível em: <www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/05/politica/560341-vereadores-reacendem-debate-sobre-dress-code.html>. Acesso em: 02 de nov. 2018

Anamaria Negroni emitiu um depoimento de admiração, ressaltando as dificuldades e superações: “mulher, pobre e negra; três vezes discriminada, três vezes, eu diria, vencedora”. Nas falas de colegas, o caráter da atuação política na trajetória de Teresa é explicitado – não como prova, mas materializando-se nessa narrativa de um passado construído por meio também do discurso. Na perspectiva de Albuquerque Júnior (2009), o passado, nesse modo, não está; *é* o texto.

Nega Diaba: é assim que você gosta de ser chamada. Saiu do inferno que lhe foi imposto. Procurou e encontrou no trabalho de auxiliar, os mais humildes, os mais necessitados, os discriminados, procurando dar-lhes um mundo melhor, mundo esse que soube reconhecer o seu valioso trabalho, recompensando-a de forma incontestável, elegendo-a Vereadora de Porto Alegre.⁴³

Na fala do dia das mulheres, a vereadora expôs alguns aspectos da sua vida até chegar ao legislativo:

Este é um dia para nós mulheres reafirmarmos nossas conquistas. Penso que muitos exemplos de luta de uma mulher estão refletidos em mim. Abandonada pela própria mãe, senti na pele o preconceito, a discriminação e o sofrimento a que são submetidas mulheres que, além de sustentar suas famílias, precisam afirmar seus espaços. Tive que ir à luta. Criei seis filhos. Negra, discriminada e com uma vida nada fácil, sobrevivi. Hoje estou aqui, num reconhecimento de que a sociedade está mais aberta em aceitar e acreditar na mulher, independente de passado, cor e escolaridade. Penso que a minha luta pode servir de exemplo para muitas mulheres que não acreditam em dias melhores. A igualdade, o trabalho e a dignidade são obrigações do Estado e da sociedade, mas somente se tornarão realidade com a nossa luta. Muito obrigada.⁴⁴

A maneira pela qual Nega Diaba chegou à Câmara e as maneiras de atuação política fora desse espaço são questões difíceis de obter resposta. Buscamos encontrar em alguns discursos de colegas e da própria *Nega Diaba* e em homenagens prestadas posteriormente, a representação histórica do caminho e do sentido que se deu sua atuação política.

Aqui, há quatro anos, subi nesta tribuna, desmaiei, emocionada porque nunca tinha estado aqui e, hoje, subo na tribuna, canto, com a maior simplicidade. Aqui, aprendi, cada Vereador foi meu ABC, porque com cada um deles aprendi uma letra, quando não sabia o que fazer. (...) Agradeço muito a Deus por, no meio de tantas negras professoras, Ele foi lá no fundo poço buscar essa Negra para fazer dela uma Vereadora. Quero agradecer, também, ao meu Anjo de Guarda que foi o Deputado, como todo mundo sabe, Sérgio Zambiasi e quero agradecer aos meus eleitores, e quero dizer que a Negra não vai parar aqui. Eu só não vou ter o gabinete, mas eu vou estar atendendo na Rádio Farroupilha,

⁴³ Fala da vereadora Anamaria Negroni. In: BRASIL, Câmara Municipal de Porto Alegre. Atas da XII Legislatura (1997 – 2000). 012ª Sessão Ordinária, Porto Alegre, 14 de março 1997.

⁴⁴ BRASIL, Câmara Municipal de Porto Alegre. Atas da XII Legislatura (1997 – 2000). 08ª Sessão Ordinária, 05 de março de 1997.

pela manhã, da mesma forma. Eu vou ser a mesma! Os Vereadores que vão ficar já estão sabendo que a Negra vai bater de gabinete em gabinete quando precisar. (...) Assim a Negra se despede. Um beijão a todos. E você, povão, continue contando com a Negra!⁴⁵

A vida política de Teresa Franco esteve associada com o radialista, ex-deputado e ex-senador Sérgio Zambiasi. Líderança do PTB, ele ascendeu por meio de seu trabalho como comunicador de uma emissora popular e voltada ao assistencialismo, à rádio Farroupilha. Franco trabalhou como recepcionista na rádio, iniciando ali uma trajetória também voltada ao assistencialismo, que a levou ao cargo de vereadora. A perspectiva de um apadrinhamento político masculino, presente também em outras trajetórias, pode ser considerado sob diferentes perspectivas. Além de ressaltar novamente a estrutura patriarcalista que segue presente no âmbito da política, exprime o aspecto fundamental que assume a *oportunidade*. A oportunidade encontra-se na filiação a um elemento masculino (e branco). Assim como a trajetória de Irigaray e de outras mulheres, revela um ordenamento em que a legitimidade do trabalho de mulheres deve estar associada a essa figura masculina. Se há muito do trabalho que Teresa Franco realizou sendo desenvolvido e que não chega à elite política, deveríamos pensar em um sentido de: o que cabe aos indivíduos com algum privilégio de acesso em termos de ação para democratizá-lo? Há a possibilidade de pensar a abertura de espaço e utilização do privilégio não como *caridade* nem prática de exceção, mas de que a *brecha* ainda necessária - não temos outras *Terasas* na história do legislativo porto-alegrense – seja considerada em seu significado.

2.4 Mônica Leal Maskusons⁴⁶

Mônica Leal é uma das quatro vereadoras da legislatura 2017-2020, portanto, vereadora em exercício no momento de produção deste trabalho. Há algumas motivações que nos levaram a incluir a trajetória de uma mulher eleita em 2016. Ao falar sobre a trajetória de Terezinha Irigaray, dissertamos sobre as maneiras de inserção e de como elas se caracterizam por continuidades históricas. A vereadora Mônica Leal, filha do ex-vereador e ex-deputado Pedro Américo Leal e ex-empresária, iniciou seu envolvimento no âmbito público trabalhando no gabinete do pai; o convívio com a política fez parte desde muito cedo por via deste e, em 1992, participou do incentivo à candidatura de Pedro Américo Leal até a coordenação da campanha que o elegeu vereador após quatro mandatos como

⁴⁵ BRASIL, Câmara Municipal de Porto Alegre. Atas da XII Legislatura (1997 – 2000). 113ª Sessão Ordinária, Porto Alegre, 15 de dezembro 2000.

⁴⁶ Eleita vereadora Titular para a Legislatura 2017/2020, pelo Partido Progressista (PP).

deputado estadual. A partir de então, Mônica trabalhou durante doze anos como funcionária do gabinete de Américo Leal, em diferentes cargos, chegando à chefia de gabinete na última legislatura. Lançada como herdeira política pelo próprio Américo Leal, em 2004, a vereadora afirma que, apesar da pretensão de seguir carreira jornalística⁴⁷ atuando em veículos de comunicação, aceitou o *desafio* e lançou a candidatura pelo Partido Progressista (PP), ficando na suplência⁴⁸. Antes de assumir como Titular em 2017, exerceu o cargo como suplente por duas vezes, foi Secretária da Cultura no estado e candidata ao Senado em 2006.

Há uma variedade de mulheres entre as que se elegeram desde 2000 – período aliás que em dois pleitos elegeu um grande número de mulheres em comparação a outros anos – que construíram um caminho a partir de movimentos sociais, sindicais e da militância nos próprios partidos. A vereadora mais jovem da história de Porto Alegre, Manuela d'Ávila, foi também a deputada federal mais votada no Rio Grande do Sul duas vezes seguidas. O pleito que elegeu Mônica Leal resultou no paradoxo de ter uma diminuição de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara, além de contar com uma mulher como a mais votada entre todos os vereadores.⁴⁹ Leal foi a mais votada da sua legenda e atualmente exerce o mandato como Vice-Presidenta da Câmara.

Entre as motivações que levaram ao tema desta pesquisa, a experiência em alguns eventos e palestras promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul teve papel relevante no envolvimento com o tema. A discussão em torno da presença feminina nas instâncias decisórias e cargos de poder na esfera pública com as falas da cientista política Rosana Pinheiro-Machado e da Advogada Derisee Salgado, para citar, proporcionou reflexões pertinentes ao processo de desenvolvimento do presente trabalho. Em 2018, ocorreu uma mesa de debates com as quatro vereadoras da atual legislatura de Porto Alegre: Comandante Nádia, Fernanda Melchionna, Mônica Leal e Sofia Cavedon. As quatro representam diferentes partidos políticos – PMDB, PSOL, PP e PT, respectivamente – correspondendo também a uma diversidade de ideologias e uma pluralidade de agendas políticas. Particularmente, foi surpresa a convergência de perspectivas discutidas no evento, no que concerne à condição

⁴⁷ Mônica Leal é jornalista formada pela PUCRS e pós-graduada em Ciência Política pela ULBRA.

⁴⁸ As informações biográficas foram produzidas e disponibilizadas pela Assessoria de Comunicação do gabinete da vereadora por *e-mail*.

⁴⁹ Fernanda Melchionna foi eleita com 14.630 votos pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

feminina no espaço em comum que ocupam. Das representantes dos partidos mais à esquerda até o partido mais à direita, os relatos que revelam preconceito e limitações a que têm de enfrentar no cotidiano são muito semelhantes. A união em uma espécie de bancada feminina, relatam, é muitas vezes necessária para que suas vozes sejam ouvidas ou, no mínimo, oportunizadas a existir no espaço do plenário.

As semelhanças com o contexto narrado por Pinto (2014), da época em que Suely de Oliveira já era deputada quando Terezinha Irigaray chegou à Assembleia, são perceptíveis. Em relato sobre o cotidiano em que as duas mulheres chegavam a ser barradas de reuniões e apresentações de projetos, Irigaray comenta que, a partir da autoridade adquirida por Suely de Oliveira enquanto presidente de uma comissão, é que ela mesma encontrou oportunidade de fala. O caso reafirma, assim como discutimos as motivações que possibilitaram uma bancada feminina unida na constituinte, a dimensão que toma o movimento de união entre mulheres parlamentares ao longo dos esforços para inserção na vida pública.

A aproximação das duas deputadas se deu a partir de conselhos, com a criação de uma certa “solidariedade de gênero” entre elas (PINTO, 2014). A partir desse contexto, Céli Pinto apresenta o seguinte diálogo relatado por Irigaray:

Lembro-me de que, em determinado dia, quando estávamos tomando um cafezinho no prédio da antiga Assembleia, a deputada Suely me disse: Terezinha, toma atenção em certas coisas. Eu lhe perguntei no que deveria prestar a atenção. Então me disse: Tu fizeste uma grande votação, menina — ela era um pouco mais velha do que eu. Eu lhe respondi: Sim, fiz 51.416 votos. Continuou: Essa é uma grande votação. Então, tu tens — e me disse rindo — que ser a nossa presidente... Tu vais ser a nossa presidente, porque o normal da Casa é eleger para a presidência, sempre, no princípio das legislaturas, o deputado que tiver feito a maior votação. (PINTO, 2014. p. 578)

O riso na fala de Suely é um riso de ironia, na medida em que ambas sabiam que não seria possível ou permitido que uma mulher ocupasse a presidência da Casa. Após eleger-se como a candidata mais votada da coligação vencedora, em 2016, Mônica Leal também teria de ser a presidenta da Câmara de Porto Alegre. A narrativa da vereadora revela, entretanto, a permanente resistência da maioria masculina: em meio a tentativas dos colegas de que fosse outro vereador a assumir, sua imposição enquanto candidata mais votada foi lida como “nervosismo”. As diferenças geracionais afastam o riso irônico de Suely de Oliveira do posicionamento de Mônica Leal, as transformações no espaço político tornam a ideia de que uma mulher não pudesse ocupar o cargo de presidente já

não sustentável.⁵⁰ Apesar disso, em 245 anos de história da Casa Legislativa portogalesa, apenas três mulheres a presidiram até o momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁵⁰ Lembramos que, em 2010, Dilma Vana Rousseff foi eleita presidenta do Brasil, reeleita em 2014.

A redemocratização abriu caminho? Os espaços conquistados pelas mulheres no período de reorganização democrática, durante o advento da nova República e a elaboração da nova Constituição brasileira, com a participação social organizada e a inserção de pautas relativas aos direitos das mulheres na agenda institucional, foram significativos. A partir dos anos 1990, especificamente o de 1996, houve um aumento na ocupação de mulheres em cargos eletivos nos municípios do Rio Grande do Sul. A lei de cotas aparece como elemento importante nesse sentido, mostrando a necessidade de políticas afirmativas, embora fique evidenciada a insuficiência frente aos aspectos estruturais que englobam o sistema político. Embora os dados disponibilizados não contemplem resultados posteriores a 1996, as considerações de Soares (2016) contribuíram para considerar a não-continuidade na ascendência do número de mulheres eleitas.

A partir dos problemas propostos, é possível mapear algumas conclusões e, principalmente, novos questionamentos. A política local, esfera de análise aqui proposta, é o espaço onde há o maior número de mulheres ocupando cargos políticos. A *conciliação* aparece como aspecto importante nesse sentido tanto em Avelar (2001) quanto em Barcellos (2015). Foi possível comprovar que, no período analisado, a eleição de mulheres para o cargo de prefeita ficou restrita aos municípios considerados pequenos. Esse aspecto aparece em outros trabalhos analisados, em que se relacionam às interpretações que consideram a manutenção de oligarquias e aspectos tradicionais. Até 2018, Porto Alegre ainda não teve prefeita. Tanto nas questões de conciliação quanto na discussão sobre a manutenção de ordenamentos sociais *tradicionais* e, portanto, patriarcais, as relações entre espaço público e privado aparecem como diretamente ligadas às questões de democracia e cidadania.

A questão partidária é um ponto interessante de análise, dada a importância dos partidos no sistema representativo. Fica em aberto uma maior investigação em torno de como se dá a esfera partidária a nível dos municípios, em termos de influência, e como se dá a relação do ingresso das mulheres nesses espaços.

No segundo capítulo, discutimos um pouco mais sobre os fatores que indicam as causas de uma ausência de continuidade dessa ascendência na tomada de cargos políticos. O grupo de quatro vereadoras eleitas em Porto Alegre entre 1982 e 2016 demonstra que a presença das mulheres em cargos políticos nas últimas décadas é marcada, de fato, por

rupturas e permanências; das formas de inserção às formas de atuação, e das dificuldades colocadas às inserções e atuações.

Há um papel prevaiente na identificação enquanto mulher, independente de uma identificação feminista. Essa identidade coletiva é fomentada pelo ambiente no qual as normas são baseadas nas concepções de masculino, onde a caracterização *mulher* está posta em todos os momentos e em maior evidência que em outros âmbitos; ela se faz necessária.

As formas de inserção compreenderam, no caso de três delas, algum tipo de filiação a uma figura masculina; duas delas relacionadas a ligações parentais – Terezinha Irigaray, esposa; e Mônica Leal, filha. Teresa Franco a partir da relação de apadrinhamento com Sérgio Zambiasi. Discutimos sobre como esses lugares influenciam na atuação política e disputa por espaço. Os exemplos de Irigaray e Leal revelam que as vias de acesso a partir das relações de parentesco existem ontem como existem hoje.⁵¹ Revelam, ainda, o trabalho empreendido por elas na construção de seus próprios trajetos, na medida em que não há herança política que supra a necessidade de intensa dedicação e, sobretudo, que possibilite algum tipo de facilitação frente aos entraves das estruturas patriarcais que sustentam o sistema político.

Falamos nas ausências da história e no caráter fundamental que há em considerar uma abordagem a partir da perspectiva das relações de gênero. A escassez de fontes sobre a trajetória de Teresa Franco é significativa. A trajetória da única mulher negra eleita vereadora na história de Porto Alegre, bem como as diversas trajetórias de mulheres brancas eleitas, demonstra a indissociabilidade de gênero, raça e classe.

Helena Bonumá desenvolveu carreira política a partir da atuação em organizações e movimentos sociais, seguindo com isso na centralidade do trabalho. É possível que a atuação em organizações e movimentos sociais não reflita diretamente em representação na política institucional, visto que há uma não-valorização de formas de envolvimento político protagonizadas por mulheres e os partidos, vias de acesso à elite política. É o meio de inserção que, ao menos na teoria, se afasta da ligação à uma figura masculina. Outra questão que se coloca é o quanto esse meio marca influência ao longo da carreira

⁵¹ Pinto (1994) afirma não existir diferenças fundamentais entre o engajamento político de homens e mulheres; ainda que exista, de fato, um número significativo de esposas que assumem o lugar dos maridos, o que não é comum no contrário, há o paralelo com a herança política assumida de pais, tios, avós etc.

política e parlamentar. A identificação de uma identidade coletiva a nível institucional e o envolvimento com pautas feministas no mandato estão relacionadas ao âmbito político e suas características excludentes. Se na câmara elas se envolvem com pautas feministas, ou ao menos desenvolvem uma *solidariedade de gênero*, é possível supor que nos movimentos sociais esse contato se dê previamente ao mandato?

São perceptíveis, ainda, diferentes geracionais, demonstrando as transformações na condição da mulher nesses espaços. Terezinha Irigaray, ingressou na política ainda antes do período estudado, vivendo o contexto de ser a segunda mulher na Assembleia Legislativa do estado, juntando-se à Suely de Oliveira. Irigaray esteve envolvida na resistência ao governo militar, enquanto Helena Bonumá iniciou a militância no auge dos movimentos estudantis em finais da ditadura.

A *abertura* da nova República, portanto, conferiu movimentos importantes e novas configurações à atuação das mulheres, mas não se refletiu em uma ascendência na ocupação de cargos nos parlamentos e no âmbito dos executivos. Considerar as raízes históricas e as estruturas que sustentam o sistema político, contribuem para compreendermos questões relativas e essa “permeabilidade seletiva das democracias contemporâneas” (BIROLI, 2018, p. 171). Encontramos nas concepções de indivíduo, cidadania e universalidade algumas problemáticas em torno das quais essas democracias se organizam.

Buscamos abordar as ausências na história e nos processos políticos e a presença em termos de ação política em diferentes espaços. Consideramos os aspectos historicamente excludentes das democracias liberais e procuramos identificar esses elementos em como eles se colocam nos casos analisados. A conclusão é de que falar apenas em inserção ou exclusão torna-se limitador. Utilizando do conceito de “campo político” de Bourdieu, Miguel e Biroli (2010) discorrem sobre como as formas de inserção podem não significar uma capacidade de transformação da dinâmica de funcionamento do campo. O estudo do poder local, o exemplo da eclosão participativa na redemocratização e a atuação das vereadoras em Porto Alegre oferecem panoramas nesse sentido.

Fechamos com Boaventura de Sousa Santos e o questionamento:

Há futuro para a democracia num mundo dominado pelo capitalismo financeiro global, pelo colonialismo e *pelo patriarcado* nas relações sociais?

Em caso afirmativo, *a democracia do futuro romperá com o modelo democrático atualmente dominante?* (SANTOS, 2016, p. 7)

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Discursos e Pronunciamentos:** a dimensão retórica da historiografia. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassannezi (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 223-250.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Editora UNESP/Konrad-Adenauer, 2001.

BARCELLOS, Olinda. Cuidados, acolhimento e flores: empoderamento político de mulheres e desenvolvimento local no Rio Grande do Sul, 2015, 245p. **Tese (Doutorado em Ciências Econômicas)** – Programa de Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____; GHELEN, I. Cuidados, acolhimento e flores: as mulheres na política e desenvolvimento local no rio grande do sul. **Revista Eletrônica de Ciência Política - recp**, v. 7, p. 15, 2016. Disponível em:
<www.revistas.ufpr.br/politica/article/download/45318/28745>. Acesso em: 25 de out. 2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial:** Lei Saraiva - 1881. *Educ. rev.* [online]. n.50, 2013, pp.181-206.

CARDOSO, Lourenço. O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. 290 f. **Tese (doutorado)** - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within:** a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Soc. estado.* [online]. vol.31, n.1, 2016, pp. 99-127.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder. Mulher e política na Bahia*. Salvador: **Assembléia Legislativa da Bahia/NEIM-UFBa**, 1998.

GRENIER, Jean-Yves. **A História Quantitativa ainda é necessária?** In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos; campos e canteiros da*

história. Trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e Vida Privada. In: PERROT, Michele (org.), **História da Vida Privada** (vol. IV): Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 21-51.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. O voto feminino no Brasil. Brasília: **Câmara dos Deputados**, Edições Câmara, 2018.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, n.11, 1998, pp. 67-75.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. Uma senhora de respeito: A autoria feminista na escrita de Carmen da Silva (1919 – 1985). **Organon**, Porto Alegre, n. 53, jul. – dez., 2012, pp. 109-127.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Rev. Estud. Fem.** [online]. vol.18, n.3, 2010, pp. 653-679.

MIRANDA, Anadir dos Reis. Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos (1959 – 1797). **Dissertação (Mestrado em História)**, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias** [online]. n.17, 2007, pp.240-264. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/n17/a10n17.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2018

PINTO, Céli Regina Jardim. Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. **Varia hist.** [online]. 2017, vol.33, n.62, pp.459-490. Disponível em: <www.dx.doi.org/10.1590/0104-87752017000200008>. Acesso em: 01 de out. 2018

_____ Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 18, 2010, pp. 15-23.

_____ Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, março/maio 2001, n. 49, pp. 98-112.

_____ Participação (Representação?) Política da Mulher No Brasil: Limites e Perspectivas. In: Heleieth Saffioti; Monica Muñoz Vargas. (Org.). **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1994, pp. 195-230.

_____ **Uma história do feminismo no Brasil.** Editora. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

_____ Uma Mulher 'recata': a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). **Topoi** (Online): revista de história, v. 15, 2014, pp. 565-587.

PRÁ, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu**. n.43, 2014, pp.169-196.

QUINALHA, Renan Honório. Justiça de Transição: contornos do conceito. **Dissertação de Mestrado.** Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o Gênero. **Cadernos Pagu** (11), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1998.

SANTANO, Ana Cláudia; BERTOLINI, Jaqueline Ferreira; RADOMSKI, Rhayane. **A presença das mulheres nos estatutos partidários de ontem, de hoje e de amanhã:** um levantamento de dados. *Ballot*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 103-122, set./dez. 2015. pp. 103-122.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia:** reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SCHWETHER, N. D.; Albuquerque, M A. O Engajamento das Mulheres no Período de Redemocratização: Possíveis Mudanças na Agenda Política Brasileira, 2017.

(**Apresentação de Trabalho/Congresso**). Disponível em:

www.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjI1MjliO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNDhmNTc0ZTk1NmlyNWYxYTU3OThjMjdmYWZlYTI1MGQiO30%3D. Acesso em: 14 de set. 2018

SCOTT, Joan W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*: Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

_____ *Gênero e história*. México: **Fondo de Cultura Económica**, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

_____ História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 63-95, p. 95.

SEBENELO, Sonia Martins. Gênero e Poder possíveis contradições no processo de emancipação feminina. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre. **Coleção Teses e Dissertações**, 2009.

SOARES, Rodrigo Almeida. A presença feminina na Câmara de Vereadores de Porto Alegre com base nas eleições entre 1996 e 2016 e os reflexos da Lei 9.504/97. **Rev. Estudos Legislativos**, Porto Alegre, ano 10, n. 10, 2016, pp. 15-87.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 3, 1994, pp. 29-62.

VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). **Revista Brasileira de História** (Impresso), v. 30, 2010, pp. 233-252.

Outros documentos

BRASIL. Câmara Municipal de Porto Alegre. **Atas da XII Legislatura** (1997 – 2000). Porto Alegre, 1997.

BRASIL, Câmara Municipal de Porto Alegre. **Atas da XII Legislatura** (1997 – 2000). Porto Alegre, 2000.

ANEXO A – PREFEITAS ELEITAS NO RIO GRANDE DO SUL (1988 - 1996)

Municípios	Nome	Partido
1988		
SAPIRANGA	Marlene dos Santos Wingert	PDT
TUPANDI	Cecília Junges	PFL
VILA FLORES	Zelia Brandalise Fiori	PMDB
1992		
MATO LEITÃO	Eunice Inês Heuser	PDT
MIRAGUAÍ	Wanda Porolnick dos Santos	PFL
PARAÍ	Gertrudes Pelissaro dos Santos	PMDB
SÃO JOÃO DO POLESINE	Valserina Maria Bulegon Gassen	PMDB
1996		
ALVORADA	Stela Beatriz Farias Lopes	PT

BOSSOROCA	Jacira Do Carmo Dutra Schmitz	PMDB
CERRO BRANCO	Delilia Olga Richardt Glasenapp	PPB
MONTENEGRO	Maria Madalena Buhler	PDT
NOVO MACHADO	Beatriz Cristina Busanello	PT
SÃO MARTINHO	Araci Zelia Kolling Irber	PMDB
SÃO MARTINHO DA SERRA	Maria Savian Scremin	PMDB
SÃO VICENTE DO SUL	Maria Beatriz Cecconi Deon	PMDB
TRÊS PASSOS	Zila Maria Breitenbach	PSDB
TUPANCIRETÃ	Iracema De Fatima Pilecco Pirotti	PDT
VALE DO SOL	Beatriz Krainovic	PPB

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

(www.tre-rs.jus.br)

ANEXO B – VEREADORAS ELEITAS EM PORTO ALEGRE (1982 – 2016)

Nome	Legislatura
VEREADORAS DA DÉCADA DE 1980	
JUSSARA CONY (PMDB)	1983-1988
TEREZINHA IRIGARAY (PDT)	1983-1988
GLADIS MANTELLI (PMDB)	1983-1988
BERNADETE VIDAL (PDS)	1983-1988
LETICIA ARRUDA (PDT)	1989-1992
VEREADORAS DA DÉCADA DE 1990	
MARIA DO ROSÁRIO (PCdoB)	1993 – 1996
HELENA BONUMA (PT)	1993 – 1996
CLÊNIA MARANHÃO (PMDB)	1997 – 1996
ANA MARIA NEGRONI (PSDB)	1997 – 2000
TERESA FRANCO (PTB)	1997 – 2000
MARIA DO ROSÁRIO (PT)	1997 – 2000
SONIA SANTOS (PTB)	1997 – 2000
VEREADORAS DA DÉCADA DE 2000	
HELENA BONUMA (PT)	2001 – 2004
MARGARETE MORAES (PT)	2001 – 2004
MARIA CELESTE (PT)	2001 – 2004
MARISTELA MAFFEI (PT)	2001 – 2004
SOFIA CAVEDON (PT)	2001 – 2004
MARIA CELESTE (PT)	2005 – 2008

MANUELA D'ÁVILA (PCdoB)	2005 – 2008
SOFIA CAVEDON (PT)	2005 – 2008
MARGARETE MORAES (PT)	2005 – 2008
MARISTELA MAFFEI (PT)	2005 – 2008
CLÊNIA MARANHÃO (PMDB)	2005 – 2008
MARISTELA MENEGHETTI (PFL)	2005 – 2008
JULIANA BRIZOLA (PDT)	2009 – 2012
SOFIA CAVEDON (PT)	2009 – 2012
MARIA CELESTE (PT)	2009 – 2012
FERNANDA MELCHIONNA (PSOL)	2009 – 2012

VEREADORAS DA DÉCADA DE 2010

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL)	2013– 2016
SOFIA CAVEDON (PT)	2013– 2016
ANY ORTIZ (PPS)	2013– 2016
JUSSARA ROSA CONY (PCDOB)	2013– 2016
MARIA DE LOURDES SPRENGER (PMDB)	2013– 2016
FERNANDA MELCHIONNA (PSOL) (1ª MAIS VOTADA)	2017 - Atual
SOFIA CAVEDON (PT)	2017 – Atual
MÔNICA LEAL (PP)	2017 – Atual
NADIA GERHAD (PMDB)	2017 – Atual

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

www.tre-rs.jus.br